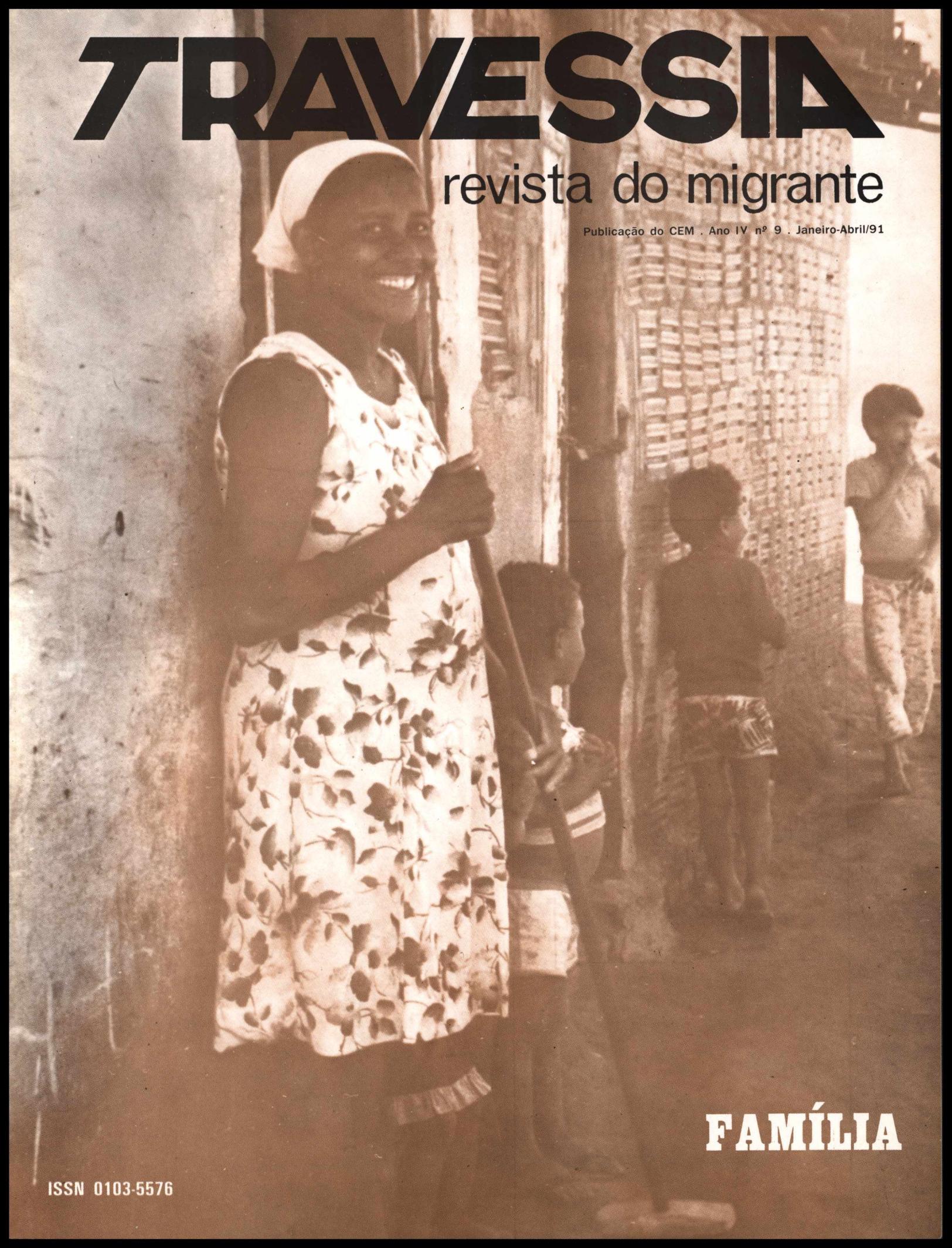


TRAVESSIA



revista do migrante

Publicação do CEM . Ano IV nº 9 . Janeiro-Abril/91

FAMÍLIA

ISSN 0103-5576

CEM — Centro de Estudos Migratórios (Confederação dos CEMs J.B. Scalabrini)

Publicação quadrimestral, voltada ao estudo e divulgação da realidade do migrante a partir dos diferentes ramos do conhecimento: social, político, econômico, religioso, demográfico, educacional, cultural etc...

Diretor:

Alfredo José Gonçalves

Editor:

Marilda Aparecida Menezes

Jornalista Responsável:

José Domingos Bragheto (MTB 8.763)

Conselho Editorial:

Carlos B. Vainer
Dom Antônio Possamai
Edgard Malagodi
Erminia Maricato
Fermino Fecchio
Francisco Nunes
José de Souza Martins
José Giacomo Baccarin
José Jorge Gebara
Luiz Bassegio
Marília P. Sposito
Milton Schwantes

Secretaria de Redação:

Dirceu Cutti
Wanderluce Pessoa Bison

Diagramação e Arte:

2M Criação e Produção Gráfica
Rua Pe. Adelino, 1745 — Belenzinho/SP CEP 03303
Fone: 294-4074

Composição:

GGM — Gráfica e Comunicações S.A.

Fotolito:

A Jato

Impressão:

Gráfica Peres

Endereço para Correspondência:

Rua Vasco Pereira, 33-B — Liberdade — CEP 01514 —
São Paulo — SP
Telefone para contato: (011) 278-6227

Os artigos assinados são de responsabilidade de seus autores

Assinatura Anual:

10 BTN

Assinatura de Apoio:

15 BTN

Número Avulso:

5 BTN

Exterior:

US\$ 20,00

**O MIGRANTE
E A FAMÍLIA**

5

**FAMÍLIA POPULAR: MITO OU
ESTIGMA**
Jerusa Vieira Gomes

10

**PADRÕES DA FAMÍLIA
ES CRAVA**
Maria Luiza Marcílio

14

**A "CRISE FAMILIAR" NO
BRASIL HOJE**
Ana Maria Goldoni

22

**LITERATURA REGIONAL:
UMA VIA PARA ESTUDOS
SOBRE FAMÍLIA**
Socorro Pereira

25

**MULHER: SUJEITO OU
OBJETO DO
"PLANEJAMENTO
FAMILIAR"?**
Angela Arruda

29

**VIDA FAMILIAR E
MOVIMENTOS POPULARES**
Marília Pontes Sposito

32

**MUDANÇA E TRANSIÇÃO
EM FAMÍLIAS DE CAMADAS
MÉDIAS**
Geraldo Romanelli

FAMÍLIA OU FAMÍLIAS?...

Quem de nós não ouve ou não faz, frequentemente, referências ao termo família? Seu emprego parpassa os mais diversos momentos e contextos, indo desde a simples saudação de dois compadres na rua até os institutos de pesquisa sócio-econômica, além de ser prato cheio para muitos sermões dominicais. Entretanto, entre a simples utilização da palavra e a compreensão que se possa ter da mesma, nem sempre o caminho é curto.

O que é então família? Mas qual família? Existe um padrão de família brasileira? Enquanto alguns podem assim interrogar-se, outros não exitam em afirmar que se trata de uma instituição em decadência, ou, para fazer jus a um lugar comum hoje amplamente difundido, dizem pura e simplesmente que "a família está em crise!" Com efeito, se nos guiarmos pelas pesquisas realizadas junto à opinião pública, esta idéia é a predominante.

Frente a semelhante quadro, cabe perguntar quais os parâmetros que levam a concluir que a família esteja efetivamente em crise? E se há crise, onde precisamente se localiza: no âmbito familiar como um todo ou em determinados modelos a partir dos quais tentar-se-ia enquadrar todos os demais?

Evidentemente, no bojo das profundas e rápidas transformações por que passou e passa a sociedade brasileira, em especial nas últimas décadas, marcadas pelo aprofundamento de uma pauperização crescente, a esfera familiar não está isenta de alterações. Todavia, mudança não necessariamente é sinônimo de desintegração, desagregação, crise, etc.

Travessia, no presente número, teve como preocupação de fundo apresentar um leque de contribuições (às quais outras poderiam ser aduzidas) que pudessem, em primeiro lugar, desfazer alguns equívocos que não poucas vezes permeiam o senso comum quando se trata do

tema em questão. Com isso, pretende-se aproximar o leitor da realidade que cerca o universo familiar brasileiro, em suas diferenciadas circunstâncias.

Nesta perspectiva, destaque particular mereceu a família das classes subalternas que, embora constitutivas da imensa maioria de nossa população, sempre estiveram marginalizadas e frequentemente forçadas a seguidas e dramáticas etapas migratórias. E mais: contra ela forjou-se um padrão familiar inspirado nas classes dominantes da zona rural e/ou nas classes médias urbanas — ambas a distância quilométrica dos padrões da família popular.

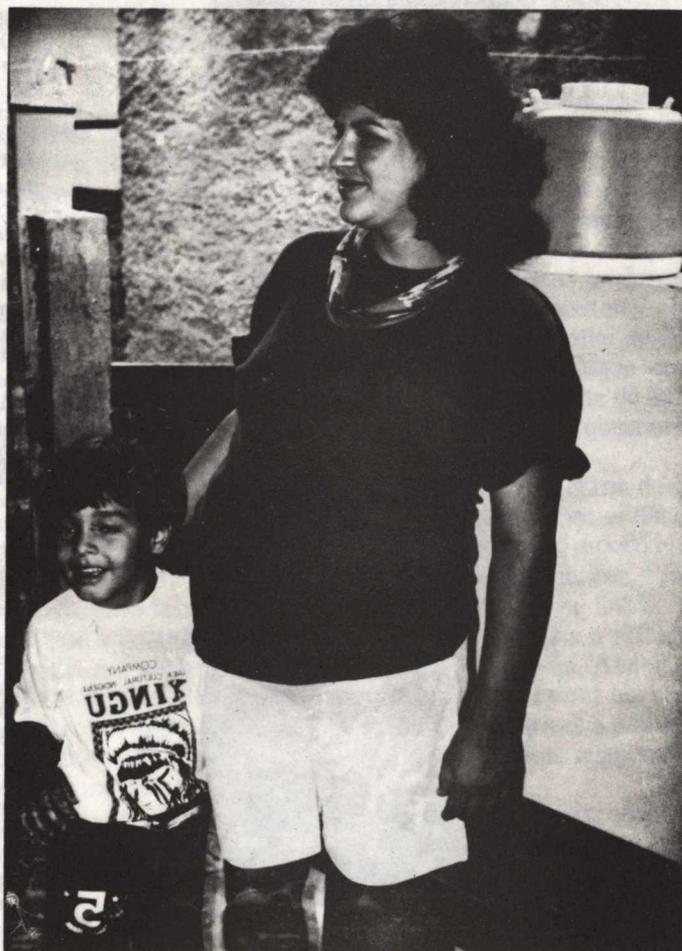
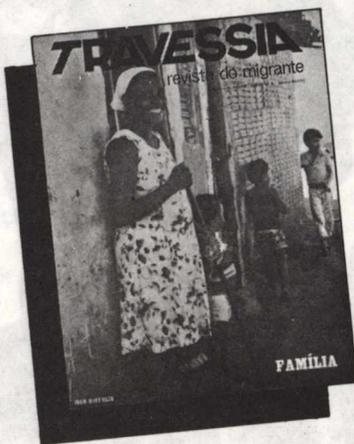
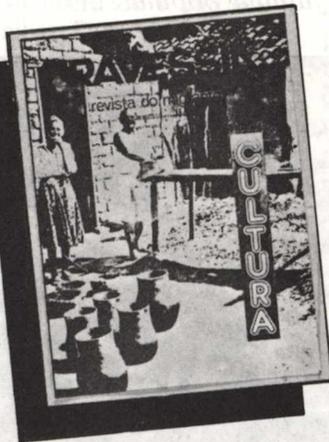
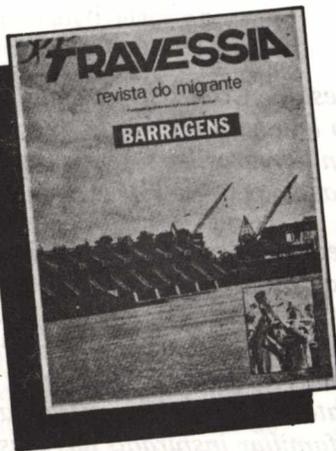


Foto: Monica Lucia da Silva



- **Intervenções e armadilhas de grande porte**

A. Oswaldo Sevá Filho

- **O planejamento do setor elétrico brasileiro**

Emílio Lèbre La Rovere

- **Implantação de grandes hidrelétricas**

Estratégias do setor elétrico

Estratégias das populações atingidas

Carlos B. Vainer

Frederico Guilherme B. de Araújo

- **As políticas de gestão da força**

de trabalho e as condições de

vida do trabalhador das obras barrageiras

Ângela M. Tude de Souza

- **Alto Uruguai: migração, força**

e reatualização da identidade camponesa

Ilse Scherer — Warren

Maria José Reis

Neusa Maria Bloemer

- **Malária, migrações e grandes projetos na Amazônia**

Alberto Najar

- **Nas terras Walmiri-Atroari projetos de morte**

Egydio Schwade

- **Alternativas às hidrelétricas na região Amazônica**

- O caso de Ji-Paraná —

Pe. Luiz Bassegio

- **Lutas, vitórias e desafios: a resistência no alto Uruguai**

Luiz Alencar Dalla Costa

- **O lazer da população de origem migrante na metrópole**

José Guilherme Cantor Magnani

- **O retorno para a festa**

Marilda Aparecida de Menezes

Socorro Pereira

Jaldete Soares

Hermano José

- **A música sertaneja entre o pão e o circo**

José de Souza Martins

- **Constância e permanência**

as mulheres de um bairro da periferia de São Paulo

Sylvia Leser de Mello

- **A criança e a família:**

como se vive com naturalidade a pobreza nada natural

Jerusa Vieira Gomes

- **As sete vidas da cultura popular**

Braúlio Tavares

- **A música urbana de Luiz Gonzaga**

Braúlio Tavares

- **O imigrante e o movimento operário**

Jaime Cuberos

- **Impacto ambiental e regime político**

Carlos Walter Porto Gonçalves

- **Família Popular: Mito ou Estigma?**

Jerusa Vieira Gomes

- **Padrão da Família Escrava**

Maria Luiza Marcílio

- **A "crise familiar" no Brasil hoje**

Ana Maria Goldani

- **Literatura Regional:**

uma via para estudos sobre família

Socorro Pereira

- **Mulher: sujeito ou**

objeto do "planejamento familiar"?

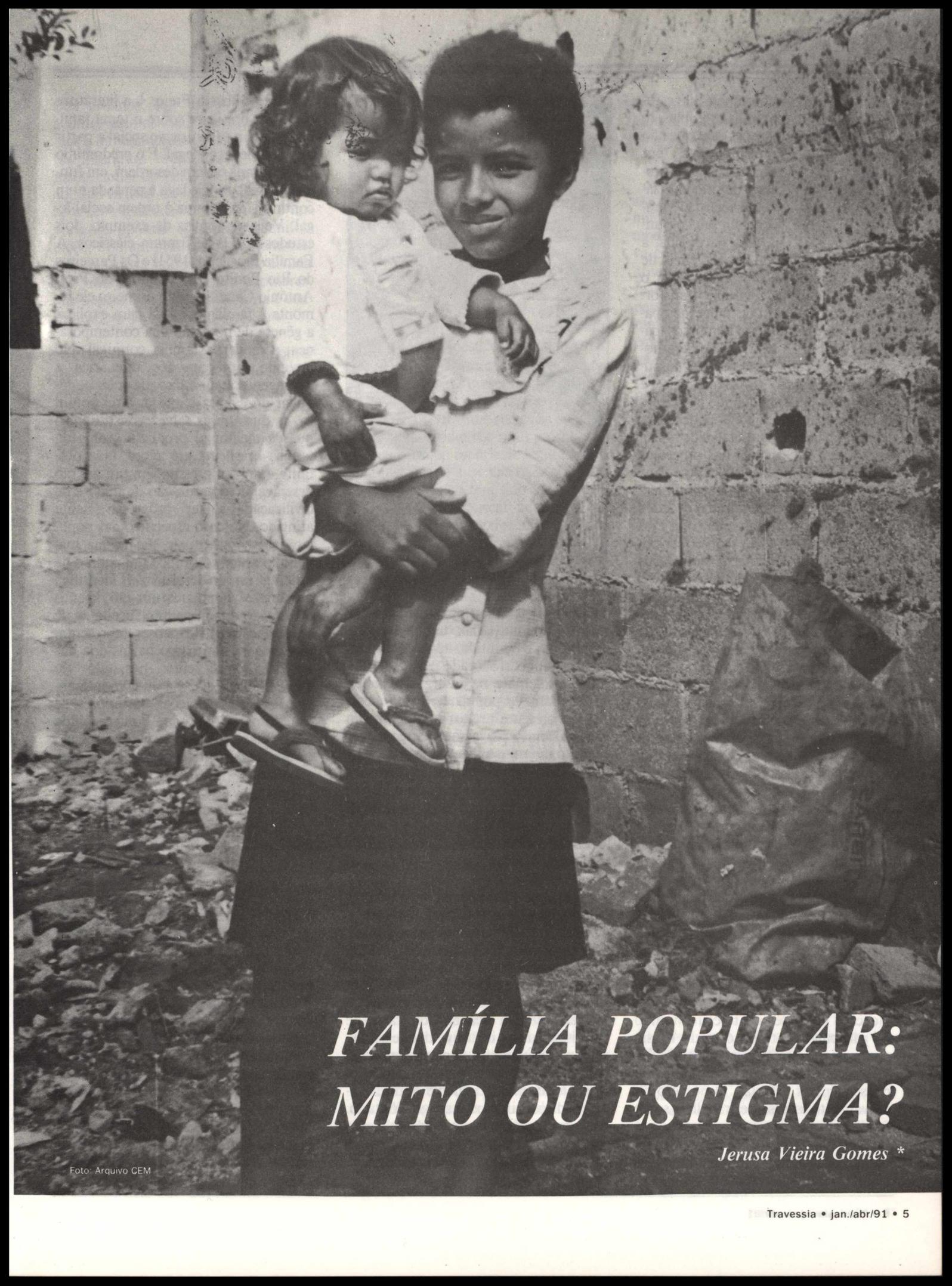
Angela Arruda

- **A vida familiar e movimentos populares**

Marília Pontes Spósito

- **Mudanças e transição em famílias de camadas médias**

Geraldo Romanelli



FAMÍLIA POPULAR: MITO OU ESTIGMA?

*Jerusa Vieira Gomes **

Foto: Arquivo CEM

A importância de estudar-se as múltiplas dimensões da questão familiar deriva, em grande parte, do processo de modernização da sociedade brasileira em seu conjunto. Não há dúvida, a família é o centro de convergência de todas as tensões sociais, além de ser o palco em que se realizam transformações radicais no que tange aos papéis sociais masculinos e femininos (papéis de gênero), à distribuição da autoridade, à aprendizagem da relação autoridade/submissão, à sexualidade, e outras mais. ¹ Assim, quando a sociedade tradicional vai, pouco a pouco, perdendo as bases de sua vitalidade — sobretudo em decorrência dos processos de urbanização, industrialização e massificação da produção, da comunicação, do consumo e até mesmo do lazer —, a família sofre tanto efeitos diretos quanto indiretos. Em consequência, aumenta a tensão interna entre seus membros, ao mesmo tempo em que o grupo familiar vai assumindo nova conformação e nova dinâmica, adequando-se aos padrões modernos de comportamento individual e social. Destarte, é natural que a tentativa de melhor compreender a sociedade e os cidadãos contemporâneos, aqui e acolá, tenha acabado por fazer renascer as investigações sobre a organização e a dinâmica familiares. ² Não obstante a relevância dos estudos realizados até agora na área, a maior parte deles tem em comum o viés etnocêntrico: investigam grupos familiares no interior de uma camada — de preferência nas camadas médias e altas —, e passam a supor o padrão encontrado como típico daquela sociedade; o padrão de referência. De tal maneira que, à semelhança do narciso, o que lhe é igual ou semelhante é família; o diferente é não-família ou, no mínimo, família em estado de desorganização ou, ainda, na linguagem corrente, família desorganizada. No caso de países do terceiro mundo — particularmente no caso do Brasil, que é nosso interesse imediato —, tal viés (ideológico ou não) tem produzido consequências nefastas. O número relativamente escasso de trabalhos sobre famílias populares urbanas, aliado à quase tradição de analisá-las a partir do padrão aceito como representativo da chamada família brasileira contempo-



Foto: Arquivo CEM

ranea — o padrão típico das camadas médias urbanas, aliás, também pouco conhecido e de nitidez tênue e discutível —, tem corroborado para a permanência da crença na desorganização de nossas famílias populares. Este o desafio do presente artigo: supondo-a um mito — mito perverso e perigoso, enquanto um mito que estigmatiza e, nessa medida, que acaba por se constituir em mais uma modalidade de opressão —, trazê-lo à discussão.

DESORGANIZAÇÃO FAMILIAR: MITO OU ESTIGMA

No caso brasileiro, poucas pessoas sentiriam algum mal-estar, ou sequer vacilariam, ao chamarem desorganizadas as famílias pobres, que habitam as favelas, os cortiços ou os bairros populares periféricos. De tão arraigada, esta crença perpassa até mesmo trabalhos científicos e/ou acadêmicos, falas de profissionais — inclusive daquelas que atuam diretamente com essa população —, de políticos e de autoridades em geral. Enfrentá-la não me parece empreitada para um mero artigo. Contudo, que este contribua, ao menos, para abalar a fé no mito, colocando entre parênteses as suas supostas bases científicas.

Desde Gilberto Freire ³, a literatura científica brasileira sobre o tema família ressalta a organização social a partir de sua ordenação legal. É o predomínio da dicotomia ordem/desordem, em função da qual a sociedade é pensada num contínuo, da anomia à ordem social legal. Veja-se, à guisa de exemplo, dois estudos que já se fizeram clássicos: *A Família Brasileira* (1951) e *Os Parceiros do Rio Bonito* (1953) ambos do Prof. Antônio Cândido. ⁴ No primeiro ele remonta à família colonial para explicar a gênese de nossa família contemporânea: a moderna família conjugal. No segundo, apresenta-nos uma rica e abrangente análise da vida social e familiar do caipira paulista. No conjunto, as duas obras talvez constituam o que de melhor se produziu acerca da família brasileira, até agora. Não obstante, também pressupõem um padrão desejável de organização (familiar e de civilização) a ser progressivamente atingido. No caso específico das populações urbanas atuais, da mesma maneira, o autor contrapõe um padrão de ordem a um de desordem. E identifica nas massas populares um movimento no sentido de um padrão “aceitável de organização”. Este pensar representa, na verdade, um marco na história das ciências sociais entre nós (idos de 1950/1960). E, não há dúvida, influenciou todas as gerações posteriores de estudiosos da questão. Poucos, ainda hoje, escapam à tendência de, implícita ou explicitamente, admitir tal enquadre teórico.

Porém, acautelemo-nos. A perpetuidade social da crença na desorganização de famílias populares não pode ser creditada a cientistas e/ou a intelectuais, excetuando-se o âmbito acadêmico restrito — local privilegiado da influência mestres-discípulos, além das eventuais leituras e interpretações falsas, forçadas ou errôneas, a que sempre está sujeito o leitor principiante (seja estudante ou profissional). No terceiro mundo, contudo, mesmo sem o pretender, intelectuais e cientistas correm sempre o risco de acabar fornecendo o suporte teórico da opressão; através da divulgação de idéias e teorias ainda embrionárias, ou em processo de construção. É, ao que parece, o caso das famílias populares. Em qualquer período histórico, a vida de grandes massas populares, sobretudo urbanas, constitui um desafio para os cientistas sociais. Desafio que se faz maior quanto mais



Foto: Arquivo CEM

recente é a história da ciência nacional. O referencial teórico de uma comunidade científica recente é, em geral, alienígena.

Demanda de um certo tempo a possibilidade de adequá-lo e aplicá-lo para o conhecimento da realidade ao redor, sobretudo quando ela diverge em demasia quer daquela que produziu a ciência original, quer daquela que produziu o cientista. Assim, quanto mais o cientista se debate na tentativa de compreender uma realidade que lhe é estranha e distante, maior a possibilidade dele incorrer em alguma espécie de viés etnocêntrico. E disto, ao contrário do que muitos pensam, nem mesmo profissionais tarimbados estão livres.⁵

Posto tudo isto, pensemos as camadas populares urbanas: uma enorme massa assentada na periferia das grandes cidades, num período de tempo extremamente curto e próximo. Não há dúvida, urbanização, industrialização e migração, enquanto fenômenos sociais, já estão bastante explicados por sociólogos e antropólogos. Nem por isso teme-se menos o migrante, este desconhecido ainda tão pouco considerado pela Psicologia Social. É uma gente diferente, isto é sabido, e que vive de maneira diferente. Do diferente ao inverso é curta a distância. Porém, importa

é descobrir em que consiste a divergência. No que tange à família migrante, ao invés de denominá-la desorganizada, apenas porque sua modalidade de organização diverge da nossa, cabe-nos descobrir de que maneira se organiza, o que a tipifica, que dinâmica é vivida em seu interior. Do contrário, impera o mito.

Destarte, consideremos justificado porque supomos um mito a desorganização familiar em camadas populares. Resta explicar em que medida este mito particular é perverso e tem poder de estigma. Perverso porque, como todo mito, influi no comportamento dos que dele partilham. Imagine o leitor os assistentes sociais, professores e diretores, enfermeiros, médicos e outros tantos profissionais que atendem estas camadas, quer nos bairros pobres quer em instituições situadas fora deles.⁶ A maneira particular de tratar a clientela tende a refletir o que dela se imagina ou espera. Se isto é verdade, pode-se supor cada profissional desses enquanto um instrumento de opressão (a não ser que ele não compartilhe do mito). Nesta medida, estamos também a caminho do estigma: o(s) atributo que serve para desqualificar o outro.⁷ Isto significa que diante de um outro desacreditável — no caso em questão, o pobre que por

ser pobre já o identifico com uma série de atributos negativos tais como princípios morais frouxos, desregramento sexual, vida familiar desorganizada, alcoolismo e outros tantos —, atribua-lhe a priori atitudes e comportamentos associados, por mim e por meu grupo, a condição de pobreza. Daí em diante, tudo que um indivíduo pobre ou miserável vier porventura a fazer será explicado e aceito a partir da estereotipia vigente. Dessa maneira, longe de ser inócuo, este é um mito perverso em demasia, devendo ser combatido em todas as frentes, de maneira incessante.

Finalmente, este artigo nega a desorganização familiar atribuída às camadas populares, mas não a partir de uma defesa ingênua. Ao contrário, refuta-a porque defende a pluralidade de padrões familiares, que é incompatível com a divisão maniqueísta da sociedade em boa (organizada) e má (desorganizada). Porém, ao refutá-la nada cria, nada inova. Apenas adota o ponto de vista de autores outros, tais como Stone (historiador inglês) ao defender a diversidade de grupos de status e de classes que formaram a moderna sociedade inglesa.

“Estes constituíram unidades culturais mais ou menos auto-contidas, com suas próprias redes de comunicação,

seus próprios sistemas de valores e seus próprios padrões de comportamento aceitável. À medida que o tempo passava e que a imprensa e a alfabetização se generalizaram, tornando-se os principais veículos para a difusão de idéias, o grau em que os diferentes estratos sociais usaram ou foram afetados por estes novos meios de expressão, trouxe consigo divisões ainda mais marcantes. O resultado foi menos a substituição de um padrão familiar e de um conjunto de valores por outros, do que o surgimento de um número cada vez mais amplo de padrões completamente diferentes.

Atitudes e costumes que eram normais para uma classe ou estrato social eram completamente diferentes daqueles considerados normais em outra.”⁸

Apenas neste contexto faz sentido trazer aqui, à consideração do leitor, um exemplo concreto de organização familiar em camada popular urbana, na periferia da metrópole paulistana.

FAMÍLIA POPULAR: O CASO DA VILA HELENA

Escusado dizer, falar da Vila é trazer à discussão um exemplo de organização doméstica em famílias populares urbanas, sem com isto supô-lo um modelo explicativo das famílias que vivem em bairros populares da periferia de São Paulo. É possível mesmo que no interior dela grupos, com outra história sócio-cultural, tenham acabado por estruturar modalidades bastante diversas de arranjo doméstico, em comparação à aqui relatada. Inciemos, pois, com um pouco da história das famílias em questão. Naturais do interior mineiro — região nordeste, compreendida entre as cidades de Carlos Chagas, Teófilo Otoni, Diamantina e Conselheiro Pena —, aqui estabeleceram-se após um incessante perambular de vila em vila, na região de origem. Lá experimentaram as primeiras e talvez mais importantes transformações na organização e dinâmica domésticas. Senão vejamos: pequenos proprietários rurais, viviam na e da labuta na terra dos progenitores em grupos nucleares relativamente autônomos, embora fossem fortes os laços de parentesco, compadrio e vizinhança. A vida cotidiana era partilhada em sua inteireza, e tinha como eixo o trabalho. Realizado igualmente por todos, sem distinção de sexo e idade, o trabalho era formalmente

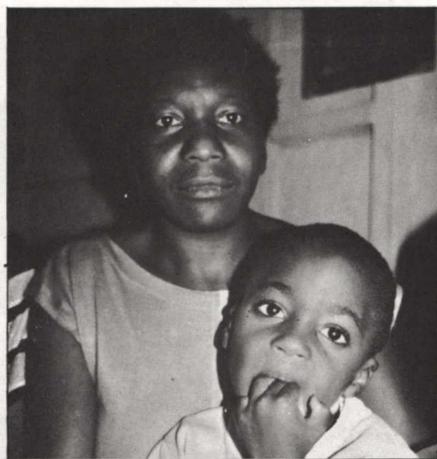


Foto: Mônica Lucia da Silva

distribuído segundo o gênero: masculinas eram as tarefas pesadas, a faina na roça — carpir e plantar — e as tarefas complexas relacionadas à sua condição de líder, como vender, trocar e comprar; femininas eram as atividades domésticas, a criação dos filhos e a função de **auxiliar** o marido na labuta agrícola. Sobre esta divisão formal do trabalho assentava-se a distribuição nada formal da autoridade: do homem à mulher, do mais velho ao mais novo. Nessa medida, vigoravam duas hierarquias de autoridade, uma de gênero e outra de idade, ambas respaldadas no maior domínio social e técnico dos múltiplos aspectos da existência. Cabia ao homem, enquanto chefe de um grupo doméstico, ser o depositário das tradições e das técnicas de trabalhar o campo. À mulher cabia preservar as técnicas de fiar e tecer o algodão, a arte de curar com raízes, ervas e benzimentos, e a arte de trabalhar a argila para o fabrico de vasilhames. As distâncias entre um e outro sítio eram grandes, para o viandante que as cobria seguindo por trilhas abertas anteriormente por animais da região. Em tais condições, o **seu s o l a m e n t o i m p u n h a - s e**. Em casa — o barraco mínimo, de pau-a-pique — ou no roçado, a vida transcorria no interior do próprio grupo familiar, de rígida estrutura, claro, para evitar os desvios. Até mesmo o casamento era regido por ordem severa: a mulher pouco opinava na escolha de seu parceiro, que era aceito ou rejeitado por seus pais segundo critérios econômicos mínimos (possibilidade ou não de manter o novo grupo doméstico), e por qualidades morais — portanto, dissociado do afeto. O namoro, sempre à distância, quase não existia. Garantia-se, dessa maneira, a virgindade, a ingenuidade e a obediência femininas até

ao casamento. Não obstante, há indícios de ruptura dessa ordem, referências ao “risco” da mulher se perder (histórias ocorridas com parentes próximos) com algum conhecido nas raras festas das cercanias. Enquanto permanecem nos sítios, a vida transcorre segundo este padrão. Perdida a terra, erram de vila em vila. É a primeira ruptura significativa nessa ordem e dinâmica domésticas. Alguns dos pais continuam a trabalhar em terras alheias, nas proximidades das vilas, mas sozinhos. As filhas mulheres, já a partir dos sete anos, tornam-se empregadas em casas de outros menos pobres. Aos meninos, então, estará reservado o trabalho em oficinas, bares, olarias e, raramente, junto com os pais nos roçados próximos. É a grande quebra na ordem familiar, à qual se seguirá, com o tempo, a diminuição da força da autoridade. A independência econômica apenas esboçada prepara o caminho para a transformação maior ainda por vir: a quebra real da hierarquia de autoridade, a se realizar na metrópole. Nas vilas semirurais intensifica-se a vida social. As regras perdem força e rigidez, não resistem ao contacto com a diversidade. A mulher adquire o direito de escolher seu parceiro, com base no afeto. Escapando ao controle familiar imediato — a partir do trabalho fora —, é-lhe possível estabelecer amizades em grupos estranhos. Abrem-se-lhe, então, possibilidades reais de infringir os códigos morais: aparecem os primeiros casos de mães-solteiras. Para ela a opção é clara: casar-se ou prostituir-se. O casamento na Polícia é sempre um recurso disponível. Porém, as coisas não deviam ser bem assim: das duas narradoras, nenhuma chegou a casar ainda no interior, após perder a virgindade. Ambas tiveram as filhas e, sem prostituir-se, acabaram casando já na metrópole. Pode-se supor, pois, a aparente rigidez mais como uma função inibitória, de evitação da ruptura da ordem. Se isto é verdade, pode-se-lhe atribuir um valor mais formal do que real. Quanto ao homem, liberta-se do âmbito doméstico, embora permaneça o chefe da família. Tal distanciamento amplia-se de maneira significativa na metrópole. Muitos deles partem em busca de melhores condições de trabalho e de vida nas cidades maiores. É dessa maneira que alguns se estabelecem na Vila Helena. Garantindo o mínimo necessário à subsistência,

vem a família. Aqui a dispersão dos membros de um grupo é inevitável: as mulheres vão trabalhar em casas alheias; os homens partem em busca de algo rentável, acabando por empregar-se como jardineiros, pedreiros, pintores e, só mais tarde, mecânicos ou operários. No futuro as mulheres também substituirão o trabalho doméstico por aquele mais valorizado e melhor remunerado: tornar-se-ão operárias. Muitas resistem e permanecem em seus lares-barracos, lavando e passando roupa, trabalhando em faxinas e, sobretudo, cuidando dos filhos de outras, mediante pagamento mensal. No final do dia de trabalho, um a um retornam à casa: o lugar de encontro após o esforço estafante. O homem continua chefe do grupo doméstico, mas ruíram as bases de sua autoridade. Aliás, com a independência ocupacional da mulher, e a conseqüente dispensa da intermediação do homem nas questões de trabalho, o grupo permanece família organizada mesmo quando ele se vai. Ao contrário, a mulher é peça-chave para a manutenção do grupo, que se estrutura ao redor dela. Responsável pelo cuidado dos filhos, cabe a ela providenciar um arranjo capaz de garantir o seu trabalho de operária ou mesmo de doméstica. Nela repousa a permanência da criança na escola. Embora o homem não esteja necessariamente ausente, mesmo quando presente ele exerce uma autoridade e um poder formais, enquanto à mulher cabe o exercício real deles. Como nas vilas semi-rurais, aqui de tudo há um pouco, exacerbado, é claro, pelas dificuldades inerentes à vida urbana. As rupturas aparecem, então, mais freqüentes e fortes: os "gaviões" (termo usado pelas mães), são a grande ameaça para a menina-moça. Contudo, as mães-solteiras têm nos namorados, em geral, os pais de seus filhos; maior parte acaba casando. Outras assumem sozinhas os filhos, com a ajuda das famílias, delas ou do rapaz. Há ainda as que recorrem ao aborto. Todos estes casos são resolvidos, é importante frisar, **no interior do grupo familiar**. Há, é claro, prostituição e criminalidade, mas são casos e não regra. O alcoolismo masculino e feminino ronda a família. Mas é também na família que os dramas pessoais e/ou grupais são vividos e solucionados, ou acomodados.

Do acima exposto, pode-se concluir: primeiro, no campo, nas vilas semi-

rurais e na metrópole, famílias de camadas populares apresentam um padrão nuclear de organização. Este padrão baseia-se na autoridade masculina e na clara distribuição de papéis sociais segundo o sexo. Na metrópole tudo isto assume importância mais formal do que real. Além disso, nos três meios vigora um padrão específico de moralidade, capaz de garantir a vida familiar e social. Não obstante, os desvios e as rupturas são previsíveis e resolvidos no interior do próprio grupo doméstico. Assim, a família, longe de ser "desorganizada", envida todos os esforços no sentido de manter a modalidade de organização possível num determinado meio, mesmo quando demasiado hostil (o caso da metrópole). A segunda conclusão refere-se ao aumento da probabilidade de ocorrência de desvios e rupturas do padrão moral e familiar após o estabelecimento na metrópole. A bem da verdade, tais rupturas têm início já nas vilas semi-rurais, à medida que a sociabilidade é intensificada. Em outras palavras, a rigidez do padrão de ordenação doméstica não resiste a uma vida social mais rica, vária e intensa.

Assume, então, contornos mais flexíveis. Na metrópole tal flexibilidade talvez atinja um ponto máximo: o ajustamento às condições urbanas de vida assim o exige, impondo uma modalidade bastante diversa de organização e dinâmica familiares. Portanto, em nenhum dos dois casos pode-se falar em "desorganização", quer quando comparada ao que era nos meios rural e semi-rural, quer em relação àquelas modalidades prevaletentes em outras camadas urbanas. Trata-se sim, como magistralmente defendeu Stone, da estruturação de um padrão diverso de organização familiar, fruto de condições concretas de existência em um meio sócio-cultural. A Vila Helena apresenta, ao interessado na questão, o exemplo vivo da persistência do grupo doméstico, em condições bastante adversas. É a luta diuturna para manter coeso o grupo, apesar de todos os percalços.

* Jerusa V. Gomes é Profa. de Psicologia — Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

NOTAS

1. Ver, entre outros: a) CAPARRÓS, N. — *Crisis de la Familia*. Madrid, Fundamentos, 1977. b) KALINA, E. e KOVADLOFF, S. — *DROGADICÇÃO: Indivíduo, Família e sociedade*. Rio, Francisco Alves, 1980. c) FROMM, E. — *Autoridade e superego: o papel da família*. IN: CANEVACCI, M. — *Dialética da Família*. São Paulo, Brasiliense, 1981.
2. Na verdade, o trabalho de Ariés foi o grande responsável por esta redescoberta da família. Veja-se: ARIÉS, P. — *História Social da Criança e da Família*. Rio, Zahar, 1978.
3. FREIRE, G. — *Sobrados e Mucambos: Decadência do Patriarcado Rural no Brasil*. São Paulo, Ed. Nacional, 1936.
4. CÂNDIDO, Antônio — *A Família Brasileira*. IN: Smith, L. and Marchant, A. *Brazil Portrait of a Half Continent*. New York, Dryden Press, 1951 (cópia mim. Centro de Estudos Rurais e Urbanos).
— *Os Parceiros do Rio Bonito*. S.P., Duas Cidades, 1982.
5. Sobre o etnocentrismo na Antropologia, por exemplo, veja-se: CLASTRES, P. — *Sociedade Conta o Es-*
6. *tado*. Rio, Francisco Alves, 1982, cap. 1 (Copérnico e os Selvagens).
6. Vale à pena ler uma entrevista entre mãe de menor e uma assistente social da FEBEM-SP, transcrita por Marlene Guirado, em seu livro: *A Criança e a FEBEM*. S.P., Perspectiva, 1980, p.54-55.
7. GOFFMAN, E. — *ESTIGMA: Notas Sobre a manipulação da Identidade Deteriorada*. Rio, Zahar, 1975.
8. STONE, L. — *The Family, Sex and Marriage in England 1500-1800*. London, Weidenfeld and Nicolson, 1976, p.9.
9. Análise mais completa da vida familiar na Vila Helena pode ser encontrada em: a) MELLO, Sylvia Leser de — *Trabalho e Sobrevivência: Mulheres do campo e da periferia de São Paulo*. S.P., Ática, 1988.
b) GOMES, Jerusa V. — *Socialização: Um Estudo com Famílias de Migrantes em bairro periférico de São Paulo*. S.P., IPUSP, 1987 (mim. — Tese de Doutorado).
10. Sobre os problemas vividos por famílias médias urbanas, na cidade do Rio de Janeiro, veja-se: FIGLEIRA, S. — *Uma Nova Família?* Rio, Jorge Zahar, 1986.



Foto: Arquivo CEM

PADRÕES DA FAMÍLIA ES CRAVA

*Maria Luiza Marcílio **

A montoados em habitações coletivas, onde dormiam casados e solteiros, homens, mulheres e crianças, haveria condições para os escravos estabelecerem famílias monogâmicas.?

Estariam o Estado, a Igreja, a Sociedade interessados na formação de famílias estáveis entre escravos?.

Quando se analisa as séries de registros paroquiais de batizados de escravos, impressiona os elevadíssimos índices de crianças ilegítimas, com o único comparecimento da mãe e a declaração de serem filhas de pai incógnito. Os ilegítimos escravos na segunda metade do século XVIII representavam 88,6% dos nascimentos cativos na paróquia urbana de S. José do Rio de Janeiro; já na paróquia rural de Jacarepaguá, com grandes fazendas de cana de açúcar e fortes escravarias, a ilegitimidade escrava era menor, de 59,9%, mas mesmo assim muito elevada (1). Na cidade de Salvador, Bahia, no século passado, os escravos que lá nasceram quase na sua totalidade (98%), eram frutos de relações extra-matrimoniais.

Isto é o reflexo do pequeno número de escravos que chegaram a se casar. Em 1804, por exemplo, numa paróquia de Ouro Preto, dos 1614 habitantes escravos, apenas 12 eram casados. A população da cidade de S. Paulo no ano de 1798 que contava 3.023 escravos, mostrava 360 (11,9%) casados e 33 (1,1%) viúvos. Estas proporções variaram de região para região e conforme a

**1 — “Negro
não se casa,
se junta”.**
*(Adágio popular
da época da
escravidão).*

época, mas sempre exibindo uma diminuta minoria escrava que chegava ao sacramento do matrimônio, que legalizava as uniões conjugais.

Assim, as taxas de nupcialidade na população escrava foram sempre baixas, as mais baixas de todas as categorias sociais; entre 0,5 e 3 escravos em cada mil habitantes casavam-se no país, ao contrário da população livre onde para cada mil habitantes, 7 ou 10 se casavam.

Se não chegavam a formar famílias legítimas, isto não equivalia dizer que viviam em promiscuidade sexual e em ligações temporárias.

Pelas evidências que temos encontrado, a maior parte dos escravos e escravas tinha como modelo ideal a ser atingido aquele do casamento na Igreja e da família monogâmica e estável.

Foram as condições de vida e as inúmeras dificuldades interpostas na vida do escravo que o levaram a uma vida sexual e familiar desvinculada de suas raízes africanas e afastada dos padrões propostos pela Igreja e pelo Estado no Brasil.

As condições da vida cotidiana, material e social do escravo eram desfavoráveis à aproximação de um homem e uma mulher escravos da mesma faixa de idade, por exemplo. Isto porque, nas áreas de maior concentração de escravos (regiões de grandes plantações, das minas de ouro, das grandes cidades portuárias) e desproporção entre os sexos era forte, em favor dos homens. Chegava-se a contar 2 homens para cada mulher em algumas épocas. Em áreas de expansão do café paulista, como Campinas, no censo paulista de 1886, para cada 100 mulheres escravas havia 213 homens: em Amparo, em fase de implantação da cultura cafeeira, a proporção de homens escravos era de 180 para 100 escravas. Nos engenhos baianos do século XVIII a razão era de cerca de 200 homens para cada 100 mulheres cativas.

Esta maior proporção de homens escravos no Brasil explica-se primeiramente pela seleção que se fazia já na África, quando se locupletavam os navios negreiros que eram enviados ao Brasil. Como os homens adquiriam preços mais elevados que as mulheres, crianças e idosos, compreende-se a preferência que os traficantes tinham em trazer mais escravos homens em idade de trabalho. A proporção era de 70% de homens, de 2 a 10% de crianças menores de 10 anos e o restante sendo mulheres.

Nas áreas de grandes plantações, nos grandes aglomerados urbanos e nas regiões mineradoras os proprietários adquiriam mais escravos do sexo masculino, necessários aos trabalhos pesados.

Ora, o forte desequilíbrio de sexos era um dos fatores significativos desfavoráveis para o mercado de casamento dos jovens escravos em idade núbil.

Outro fator negativo para o casamento dos escravos estava na forte mobilidade espacial dos mesmos dentro do país. O escravo podia circular muito, de fazenda para fazenda, destas para cidades e de uma cidade a outra. Vendidos, repartidos entre herdeiros de um único senhor, doados em dotes para filhas de proprietários que se casavam, alienados em pagamentos de dívidas ou hipotecas, transferidos de uma fazenda a outra de acordo com a conveniência do proprietário, viviam em constantes mudanças de local ou domicílio de trabalho, o que dificultava o estabelecimento e manutenção de laços afetivos mais prolongados.

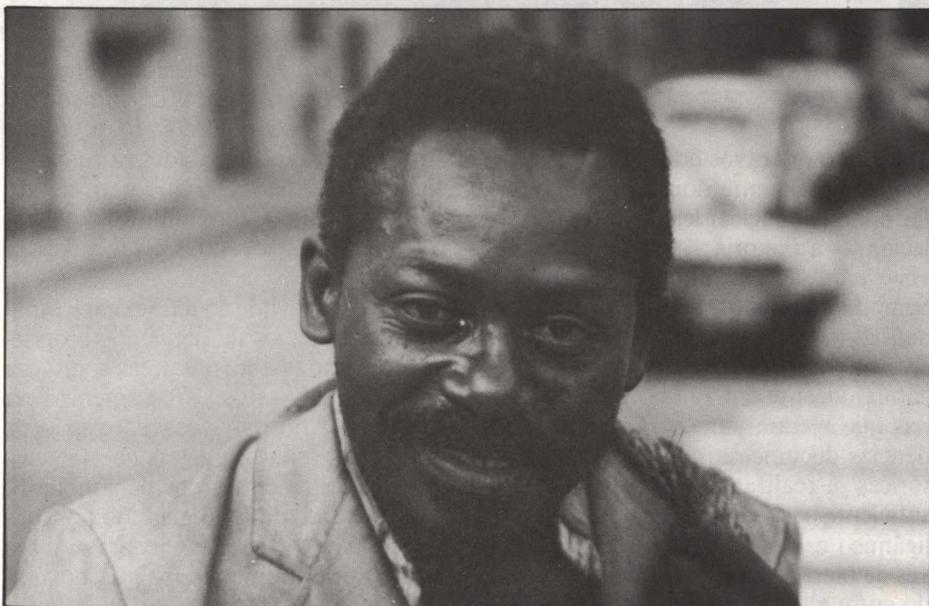


Foto: Alderon P. da Costa

De resto, o casamento sacramentado de escravos não era de interesse dos senhores, e era dificultado na prática pela Igreja.

Uma vez casados, interpunha-se um elemento forte de caráter moral para a alienação de um escravo ou escrava, quando interessava ao proprietário. Pelas leis canônicas no Brasil, separar para longe um cônjuge escravo do outro era pecado grave. Apesar desse componente moral não ser obedecido, de qualquer forma, era um componente de constrangimento ao proprietário que quisesse vender ou doar a um herdeiro, separando um dos cônjuges ou os pais de seus filhos. O Jesuíta Benci aconselhava, em 1705, aos amos a não impedir o matrimônio de seus escravos e sobretudo dizia-lhes que “não devem impedir o uso dele depois de casados apartando o marido da mulher e deixando a um em casa, e mandando vender ou viver o outro em partes tão remotas, que não possam fazer vida conjugal” (2).

Por isso, era melhor manter os escravos solteiros. Na hora de vender um escravo, mesmo tendo ele família, mas sem vínculo sacramental do matrimônio, o proprietário não sofreria nenhum entrave moral e religioso.

Fala alto o primeiro censo brasileiro, realizado ainda na época da escravidão (1872); apenas 12% dos escravos em todo o país foram alguma vez casados oficialmente.

Enfim, a Igreja de certa forma, não atuou com tanta veemência como o fizera para os livres, no sentido de persuadir os proprietários a facilitar o casamento dos escravos e estimulá-los a viver em famílias legais. A Igreja admitia que pelo Direito divino e humano os escravos e escravas podiam casar com outros cativos ou livres, não podendo seus senhores impedi-los. E imputava com o pecado mortal ao senhor que vendesse ou levasse para lugares remotos um dos cônjuges, separando o casal.

No entanto, as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia (espécie de Código Civil brasileiro antigo, feito pela Igreja, com base nas resoluções do Concílio de Trento) colocava obstáculos para a celebração do casamento de escravos. Só seriam admitidos a ele os escravos “capazes” e que soubessem fazer uso desse sacramento. Eram eles, obrigados a passar antes por um exame de doutrina cristã em que



Foto: Arquivo CEM

precisavam pelo menos recitar o Pai Nosso, a Ave Maria, o Credo, os Mandamentos da Lei de Deus e da Igreja e “se entendeu a obrigação do Santo Matrimônio que querem tomar, e se é sua intenção permanecer nele” (artigo 304) (3). Se não passassem no exame não podiam receber o sacramento. Somente quando decorassem suas orações poderiam voltar, e então estavam aptos para receber as bênçãos nupciais. Estas exigências podiam ser usadas por senhores como protesto para impedir o casamento de seus escravos. Certamente, eram barreiras sérias para impedir ou adiar o casamento religioso dos escravos boçais — aqueles chegados da África e que não falavam o português. Além disso, o ritmo lento com que os proprietários cristianizavam seus cativos fora preocupação da Igreja desde fins do século XVIII.

2 — FAMÍLIAS ESCRAVAS

Entre os escravos brasileiros vigorou fundamentalmente dois tipos de família: a família nuclear legalmente estabelecida — a minoria —; as uniões estáveis, não sacramentadas — a regra. Sem dúvida, não estão consideradas aqui as uniões passageiras, nem as possíveis tentativas de reviver aqui a poligamia, vigente em várias tribos africanas que vieram para o Brasil. As evidências documentais e as análises históricas já realizadas não são sólidas o suficiente para se falar num sistema poligâmico camuflado que poderia, através de mecanismos de defesa, ter existido entre alguns escravos.

No primeiro tipo — o da família legalmente formada — tem-se verificado que a situação em que se colocou o escravo favoreceu ou prejudicou a constituição de famílias legais.

No interior de domicílios com grandes ou médias escravarias (mais de 10 escravos); as oportunidades e facilidades de encontro de jovens da mesma idade eram obviamente maiores.

Parece ainda, que entre alguns grandes proprietários, vigorou a mentalidade de permitir e mesmo estimular alguns casamentos de escravos para obter deles maior docilidade, empenho no trabalho, dedicação, facilidade, qualidades ideais e sempre almejadas pelos senhores.

Nos domicílios de poucos escravos (menos de 9), ao contrário, as condições para o casamento eram bem menores e por vezes nulas. Nos domicílios com três, quatro, cinco escravos, a possibilidade de se encontrar um equilíbrio entre o número de homens e mulheres é pequena. Muitos desses domicílios só possuíam homens ou só mulheres (estas eram de preços mais baixos, ao alcance de donos de poucos escravos). Há ainda que se considerar que nas áreas de pequenas roças de alimentos e naquelas de criação de gado, a grande dispersão das propriedades, tornava os domicílios isolados, o que não favorecia igualmente a aproximação de escravos e escravas de sítios e fazendas da vizinhança.

Daí decorre que a vida sexual e familiar dos escravos de pequenos proprietários notadamente nas áreas rurais era difícil e mais raros os casamentos na Igreja. Alguns desses escravos casavam-se com as negras libertas, disponíveis, como foi em Ubatuba, S. Paulo, o caso de João, nascido no Congo, escravo de João de Oliveiras Santos que contraiu núpcias em 3 de novembro de 1831 com Anna, da nação

Benguela, negra forra. Joaquim, mulato, casou-se no mesmo ano, com Francisca Thereza, mulata e bastarda forra. Neste caso, a mulher geralmente ia viver na propriedade do senhor de seu marido e acabava por se tornar praticamente outra escrava sua. Por isso mesmo, este tipo de união era muito conveniente aos senhores, pois estariam aumentando, sem despesas, a sua força de trabalho. Algumas das esposas forras no entanto, preferiam viver em seus lares, separadas dos maridos, para não voltar à condição na prática de escravas. Anna Gomes, da mesma Ubatuba, parda forra de 34 anos (1830) com seus cinco filhos, associou-se a outra parda forra, de 30 anos e 7 filhos, Antonia Maria. Ambas eram lavradoras e fabricavam de farinha 40 alqueires por ano para o gasto, além de 16 arrobas de café que vendiam para o Rio de Janeiro. "Elas não declararam seus maridos (no censo) por serem casadas com escravos cativos(4).

Conhecer a vida cotidiana da família escrava é difícil. Apenas algumas referências diretas ou sobretudo indiretas podem ser encontradas em documentação variada e sobretudo através de resultados de análises da Demografia Escrava.

A primeira evidência como vimos, é de que a maioria dos escravos brasileiros de todos os tempos não chegou a se casar oficialmente. Se não encontrava condições favoráveis e facilidades para contrair núpcias, a grande maioria dos escravos procurava uma parceira com quem vivia regularmente. O concubinato estável parece ter sido a regra.

Nas duras condições de trabalho, de alimentação deficitária e sobretudo de promiscuidade das habitações coletivas (as Senzalas), sem chance de uma vida sexual e familiar com privacidade, no forte desequilíbrio entre os sexos, entende-se as razões de ser a fecundidade escrava a mais baixa de todas as categorias sociais do Brasil antigo.

Afirma-se que o escravo abortava para que seus filhos não nascessem em cativeiro. Parece que as cativas procuravam não ter prole numerosa usando para tanto de vários artifícios a seu alcance, não excluindo o próprio infanticídio. No reverso, o senhor de escravos no Brasil, pelo menos até 1850 (quando foi extinto o tráfico vindo da África), pouco se preocupou com a escrava grávida e com o aumento da natalidade servil. Era mais barato comprar escra-

vos na idade de produzir, do que gastar seus capitais e tempo, na criação dos pequeninos, onde a mortalidade infantil e de crianças era extremamente elevada. O risco de perda era grande. Por isso que, por paradoxal que possa parecer, a mulher com "cria" tinha cotação de mercado menor do que a sem filhos pequenos. E a população infantil escrava sempre foi baixa, não ultrapassando, de maneira geral os 18% com idade inferior a 8 anos.

Baixa natalidade e alta mortalidade de crianças, resultava em famílias escravas pouco numerosas. A esperança de vida ao nascer do escravo brasileiro, na fase final da escravidão, foi calculada por Pedro C. de Mello em 18, 26 anos apenas(5). Nestas condições a natalidade escrava via-se, obviamente, fortemente atingida e limitada.

Na busca de forma de apoio e consolo num mundo que lhes era hostil, na necessidade intrínseca de obter laços mais sólidos de amizade e convivência social, o escravo encontrou no sistema do compadrio, do parentesco religioso, uma alternativa para criar uma família sua, mais ampla.

O compadrio criava laços de parentesco espiritual entre o afilhado ou afilhada e seu padrinho ou madrinha, e entre os pais e os padrinhos. Estes laços que se estabeleciam na pia bastimal estendiam-se pela vida toda e eram sagrados entre as populações brasileiras.

Pelos últimos estudos realizados nesse sentido, verifica-se que excepcionalmente os senhores apadrinhavam seus próprios escravos. São seus próprios companheiros escravos ou até libertos e livres pobres que lhe serviam de padrinho. Havia uma preferência, nas grandes escravarias, em escolher os padrinhos dentre escravos pertencentes ao mesmo senhor. Assim estavam criando uma rede de parentesco, um padrão próprio de família ampliada.

Parece ter havido uma tendência à endogamia étnica nas grandes escravarias dos engenhos e grandes fazendas.

O padrão de casamento de pessoas da mesma origem ou grupo étnico teria prevalecido nas áreas de grande concentração de escravos(6).

Embora o casamento de escravos com pessoas livres fosse menos frequente (cerca de um quarto dos casamentos escravos), o padrão nesse caso era o de homem escravo casar-se com mulher forra. Nesse tipo de união os filhos tinham assegurado sua liberdade

legal, porque era a condição social da mãe que determinava a dos filhos.

Concluindo pois, podemos dizer que a política geralmente praticada pelos senhores de escravos de isolá-los em sua propriedade, restringindo seu espaço social, confinando-o nos limites da fazenda, do sítio, do engenho; a desproporção entre os sexos; o poder do proprietário impedindo, dificultando, desencorajando o casamento de seus cativos ou designando parceiros, separando famílias; a forte mortalidade e pequeníssima esperança de vida ao nascer do cativo, tudo levava à restrição do volume de uniões estáveis sacramentadas pela Igreja, a uma predominância do concubinato estável, a restrições fortes da natalidade. O parentesco espiritual alargava a família escrava. Os poucos que chegaram a contrair núpcias, preferiram eleger seu cônjuge dentre pessoas da mesma origem ou nação africana. Os escravos nascidos no Brasil escolheram de preferência esposas igualmente brasileiras. Refletiam assim a busca de alguma identidade, numa endogamia, nem sempre fácil de se estabelecer.

* Maria L. Marcílio é Prof^ª titular do Depto. de História da USP; Fundadora e Presidente do CEDHAL-USP.

NOTAS

- (1) VENÂNCIO, Renato P. Ilegitimidade e Concubinato no Brasil Colonial: Rio de Janeiro e São Paulo. In: ESTUDOS CEDHAL 1 (USP), 1986, p. 15.
- (2) BENCI, Jorge S.J. Economia Cristã dos senhores no Governo dos escravos. S. Paulo, Gryalbo, 1977, p. 82 e 83
- (3) DA VIDE, Sebastião Monteiro (Arcebispo da Bahia). Constituições primeiras do Arcebispado da Bahia de 1707. 2ª edição. S. Paulo, Typographia 2 de dezembro, 1853.
- (4) MARCÍLIO, M.L. Caiçara-Terra e População, S. Paulo, Paulinas — CEDHAL-USP, 198, p. 189 e 195
- (5) MELLO, P.C. de — Estimating slave longevity in 19th century Brazil. Paper apresentado no Dep. of Economics — University of Chicago, 1975.
- (6) SCHWARTZ, S.B. — Segredos internos. Engeitos e escravos na sociedade colonial. S. Paulo, Cia das letras, 1988, p. 320

A "CRISE FAMILIAR" NO BRASIL HOJE

Ana Maria Goldani*

De cada 100 brasileiros adultos, 46 consideram que a família no Brasil hoje é uma instituição falida e que já não cumpre com seu papel de provedora de afeto e recursos econômicos necessários aos seus membros. Estas opiniões, resultado de uma pesquisa recente, são objeto de uma discussão bastante generalizada no Brasil e em outros contextos¹. De fato, a idéia de que a importância da família diminuiu para os seus membros e de que a instituição familiar está em dificuldades e ameaçada representa um dos poucos temas de consenso no Brasil hoje.

Entretanto, os discursos sobre as transformações na família bem como as condições que os originam variam bastante. Por um lado, grande parte da opinião pública verbaliza uma percepção "negativa", ou de perdas em geral, associada às mudanças na família. Estas opiniões aparecem reforçadas pelas estatísticas recentes sobre violência, tráfico de crianças, menores abandonados, crimes passionais, bem como estimulada pela mídia televisiva que trata de mostrar o amplo leque de estilos alternativos de vida. Por outro lado, há também, os estudiosos do tema da família que enfatizam os padrões de mudanças nas estruturas familiares como parte de um processo mais amplo de transformações sociais e econômicas. e

defendem que, tal como outras instituições, a família está no limiar de mudanças importantes mas não necessariamente desaparecendo. Os argumentos mais comuns neste caso, giram em torno das mudanças nos padrões de comportamentos tais como: proliferação de novos tipos de uniões entre os sexos, declínio da fecundidade, aumento das mães solteiras, separações e divórcios, novos padrões de sociabilidade, e a crescente participação de mulheres, crianças e adolescentes no mercado de trabalho.

Até que ponto a percepção pública do declínio da família e os argumentos utilizados correspondem à uma realidade, ou mesmo a das estatísticas disponíveis, é o que tratamos de discutir aqui.



Foto: Mônica Lucia da Silva

Um primeiro aspecto que gostaríamos de assinalar é que, se bem as mudanças citadas como indicadores da falência da família são referendadas estatisticamente, também é certo que a maioria dos jovens-adultos brasileiros, continuam casando, tendo filhos, divorciando e inclusive voltando a casar-se, mesmo que as formas como isto ocorre tenham se diversificado e originado novas estruturas de família.

O consenso em torno da chamada "crise" da família parece estreitamente relacionado com certos modelos estereotipados de famílias. Um primeiro modelo de referência seria o da família patriarcal. Historicamente estimulado pela sociedade brasileira e reforçado pela Igreja Católica e pelo Estado até recentemente, a idéia é de que haveria um modelo de família brasileira que estaria associado com a presença de parentes e um sistema hierárquico e de valores no qual se destacariam a autoridade paterna e do homem sobre a mulher, a monogamia, a indissolubilidade das uniões e a legitimidade da prole.

Paralelamente à visão nostálgica de uma imagem da família do passado, onde o casal com filhos e o grupo de parentes se complementavam, existem, também, as novas referências que apoiam a visão linear da crise da família. Em um país crescentemente urbano emerge outro estereótipo, da família "classe média urbana", usado como padrão pela mídia em novelas, propagandas etc... Trata-se de uma família ainda centrada ao redor das funções reprodutivas, onde a criança ocupa um lugar destacado. Neste modelo, o individualismo, a privacidade e as relações afetivas entre os membros assumem maior relevância dando origem a novos padrões de sociabilidade. Enfim, parece ser entre estas percepções extremas, de uma "família patriarcal" e de uma família "classe média urbana", que encontraria apoio e eco a percepção pública negativa da "crise da família".

No contexto das crescentes dificuldades de reprodução geral da sociedade brasileira as especulações sobre a precariedade e instabilidade da instituição familiar ganham força e são reforçadas pela incapacidade do Estado em prestar os serviços sociais básicos às famílias carentes e seus dependentes. Legalmente, o Estado Brasileiro deve oferecer suporte ao menor e aos idosos através de programas sociais, o que ajudaria a aliviar as pressões de ordem eco-

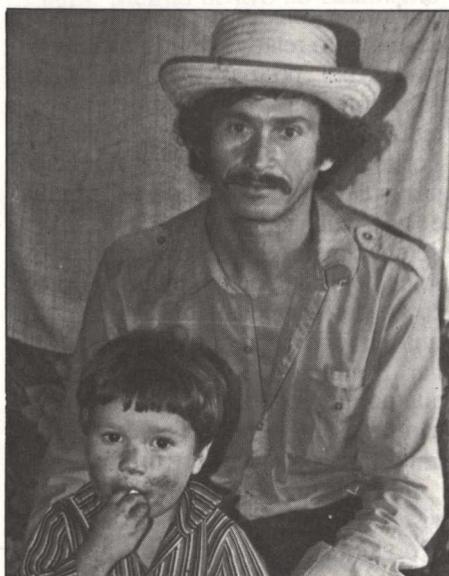


Foto: Arquivo CEM.

nômica e pessoal destas famílias. Entretanto, o que se observa, atualmente, é um crescente retrocesso dos serviços públicos. O Estado trata de minimizar ao máximo sua contribuição e clama por mais ajuda da comunidade e da família para com seus dependentes.

No quadro das profundas transformações culturais, sociais e econômicas, um outro elemento complicador aparece reforçando o sentimento de falência da família. Trata-se das mudanças demográficas e seus efeitos sobre a estrutura etária e a longevidade da população, resultados, sobretudo, de uma rápida queda das taxas de fecundidade e um aumento generalizado da expectativa de vida. Nunca, tantas pessoas viveram por tanto tempo e alcançaram as idades adultas avançadas tendo pais e outros parentes idosos que demandam ajuda. Portanto, a maior longevidade das pessoas e a permanente situação de dificuldades econômicas em que vive a maioria delas, paralelamente à inoperância e cortes nos programas sociais, faz com que um número cada vez maior de famílias tenham que assumir os cuidados com seus dependentes.

Assim, uma interpretação alternativa para a "crise" da família brasileira poderia ser justamente encontrada no oposto ao aludido declínio familiar. O aumento na expectativa de vida significa que nós brasileiros hoje, temos maiores chances de passarmos mais tempo como membros de uma família, quer no papel de pai, mãe, filhos, esposos, avós etc. Esta maior longevidade estaria propiciando, também, uma superposição destes papéis bem como a convivência de diferentes gerações

(Goldani, 1989). Tudo isto nos levaria a concluir que, a família brasileira "vai muito bem obrigado", apesar de que muita coisa mudou. Mudaram as condições de reprodução da população, mudaram os padrões de relacionamento entre os membros da família, os modelos de autoridade estão em questionamento, a posição relativa da mulher alterou-se profundamente e até mesmo a legislação redefiniu o conceito de família.

A Constituição de 1988 considera que, para efeitos de proteção do Estado, família é a união estável entre homem e mulher ou qualquer dos pais e seus descendentes. Neste conceito "novo" de família, ao enfatizar a necessidade de proteção aos dependentes, — crianças, jovens e velhos —, a Constituição Brasileira reconhece o poder assimétrico entre os membros da família. Fica claro, ainda, que os direitos e deveres conjugais são exercidos igualmente pelo homem e a mulher (Constituição Brasileira 1988: Cap. VII, art. 226 (§ 3º, 4º e 5º)). Estes princípios constitucionais, todos praticamente já regulamentados em lei, alteram o direito de propriedade das mulheres casadas, facilitam o divórcio, reconhece os mesmos direitos legais dos filhos, independente da natureza da filiação, e estabelece os direitos e obrigações individuais dos membros da família, segundo a posição que ocupam.

UMA INTERPRETAÇÃO DAS MUDANÇAS NAS ESTRUTURAS FAMILIARES

Dado que as famílias não só respondem às transformações sociais, econômicas e demográficas, mas também as geram, tem sido difícil para os estudiosos da família brasileira desenvolver e explicar uma tipologia de mudanças da família no tempo. A visão linear da mudança em termos da dicotomia entre o tradicional e o moderno tomando em conta modelos de família, elaborados com base nas classes dominantes (rurais) e das classes médias (urbanas), já não satisfaz. Não só por suas limitações como modelos explicativos mas, sobretudo, porque obscurece a realidade para a maioria das famílias brasileiras que pertencem às classes trabalhadoras. Não se trata aqui de reivindicar uma relação direta entre arranjos familiares e grupos sociais mas desmistificar o mito do declínio da família que parece bastante influenciado por categorias

construídas empiricamente e atribuídas a certos grupos sociais. De fato, no processo das transformações brasileiras há forças comuns que afetam a famílias e indivíduos e estabelecem tendências homogeneizadoras. Entre estas forças estaria o Estado brasileiro, as políticas sociais, a urbanização e a mídia atuando de forma determinante sobre as estruturas familiares, para além das forças sociais de diferenciação tais como as classe sociais (sobre esta questão vide Bilac, 1990).

As estatísticas brasileiras, disponíveis, oferecem informações sobre a estrutura dos domicílios particulares em geral mas também permitem distinguir entre aqueles domicílios com pessoas organizados como "famílias" e aqueles que contêm pessoas sem família². De fato, a maioria dos domicílios particulares no Brasil está estruturada ao redor de famílias, definidas aqui como um grupo de pessoas conviventes relacionadas por laços de parentesco. Em 1970, de cada 100 domicílios, cerca de 94 eram habitados por "famílias" e os 6 restantes eram habitados por pessoas sem famílias, ou seja, uma só pessoa ou um grupo de pessoas sem laços de parentesco. Em 1987 esta situação permanecia praticamente a mesma,

ainda que com uma ligeira tendência de aumento relativo aos domicílios formados por pessoas sem família (em 1987 estes passaram a representar ao redor de 7% do total dos domicílios). Portanto, considerando os domicílios particulares nestes termos, de "família" e "não família", observa-se que, apesar do crescimento mais elevado no número de domicílios sem famílias, a organização dos domicílios brasileiros continua girando ao redor do grupo familiar. Entretanto, é importante destacar que no interior daqueles domicílios organizados como famílias há mudanças importantes em suas estruturas.

A estrutura das famílias brasileiras vistas em termos de número, tamanho e organização interna mostram o seguinte:

1) O número de famílias entre 1970 e 1987 quase dobrou, de 17,4 para 31,8 milhões (Tabela 1). Este aumento no número de famílias resulta do crescimento da população bem como da distribuição desta por idade, sexo e estado civil. Assim, pode-se dizer que mais de dois terços do crescimento no número de famílias se deveu a um número maior de pessoas casadas em 1987 do que em 1970, dos quais a maioria se concentrava entre 25-34 anos;

2) O tamanho da família sofreu uma diminuição de 1 pessoa em média no período 1970/87. Esta passagem de um tamanho médio de 5,0 pessoas por família em 1970 para 4,2 em 1987 resultou da combinação de vários fatores, tais como: a queda da fecundidade, aumento da expectativa de vida, bem como das disrupções matrimoniais por viuvez, separações e divórcios. Com tamanhos diferenciados segundo o local de residência, as famílias mostram um tamanho maior nas áreas rurais, de 0,6 pessoas em média. Estes diferenciais se mantêm no tempo, muito embora tenha diminuído o tamanho das famílias rurais e urbanas (Tabela 2);

3) Predomina o tipo de família "Conjugal", ou seja, um casal, (homem e mulher em união estável, não necessariamente casados legalmente), com ou sem filhos, ainda que os aumentos maiores fiquem por conta do tipo de família "monoparental", ou seja, um homem ou uma mulher com filhos. Em 1970 as famílias brasileiras estavam assim distribuídas: 85,1% conjugais, 11,5% monoparentais e 3,3% representavam outros tipos de família. Já em 1987 estas cifras foram respectivamente 80,4%, 16,4% e 3,6% (Tabela 1).

TABELA 1
FAMÍLIAS BRASILEIRAS, SEGUNDO TIPOS
E ORGANIZAÇÃO INTERNA, 1970-87

FAMÍLIAS*	1970	1980	1981	1987
CONJUGAIS (total)	85,1	83,3	82,1	80,4
Casal Com Filhos	71,9	69,5	69,3	66,9
Vivendo só	61,9	60,8	61,2	59,5
Vivendo com parentes	10,0	8,7	8,1	7,4
Casal Sem Filhos	13,2	13,8	12,8	13,3
Vivendo só	11,0	11,9	11,0	11,5
Vivendo com parentes	2,2	1,9	1,8	1,8
MONOPARENTAIS (total)	11,5	13,1	14,3	16,4
Mãe com filhos	9,5	11,3	12,4	14,4
Vivendo só	7,7	9,1	10,2	11,9
Vivendo com parentes	1,8	2,2	2,2	2,5
Pai com filhos	2,0	1,8	1,9	2,0
OUTRO TIPO DE FAMÍLIA	3,3	3,5	3,5	3,6
TOTAL (%)	100,0	100,0	100,0	100,0
Números (000)	17.407	24.977	25.970	34.290

Fonte: IBGE, Censos de População de 1970, 1980 e Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNAD) 1981 e 1987.

Veja-se, também, Castelo Branco, H.A. op. cit 1989.

* As famílias foram definidas como: Conjugais quando são formadas por casais com ou sem filhos e Monoparentais quando são formadas por um dos pais com filhos.

** A população rural da Região Norte não foi incluída nas PNADs.

TABELA 2
TAMANHO MÉDIO DA FAMÍLIA SEGUNDO
A SITUAÇÃO DE RESIDÊNCIA 1970-87

FAMÍLIAS/RESIDÊNCIA	1970	1980	1981	1987
TOTAL	5,0	4,6	4,5	4,2
URBANA	4,7	4,4	4,3	4,1
RURAL	5,3	5,0	5,1	4,7

Fonte: IBGE, Censos de População de 1970, 1980 e Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNAD) 1981 e 1987.

Veja-se, também, Castelo Branco, H.A. op. cit 1989.

* A população rural da Região Norte não foi incluída nas PNADs.

Ao analisar internamente os arranjos familiares observa-se que há mudanças nos padrões das famílias conjugais. Aquelas famílias constituídas por casais com filhos diminuíram seu peso no total das famílias, enquanto a proporção de casais sem filhos tende a aumentar ligeiramente no período 1970/87. O que à primeira vista parecia óbvio, não o é, dado que a diminuição no peso relativo dos casais com filhos não corresponde tão só ao aumento dos casais sem filhos. De fato, a diminuição relativa da família conjugal mais tradicional (casal com filhos) resulta da tendência de aumento do número de casais sem filhos mas, sobretudo, do aumento proporcional no número das famílias monoparentais (em sua maioria mãe com filhos e sem cônjuge).

Portanto, o maior destaque em termos de novos arranjos familiares fica por conta das famílias monoparentais que passam de 11,5% para 16,4% do total de famílias no período 1970/87. Dentro destas famílias, são aquelas compostas por mãe com filhos e sem cônjuge, as que mais aumentam sua participação no total das famílias, passando de 9,5% para 14,4% no período em análise. A presença de parentes nestas famílias chefiadas por mulheres é outro aspecto importante. Isto porque, de um modo geral, há uma diminuição na presença de parentes residindo com famílias conjugais e, contrariamente, há uma crescente presença de parentes residindo nas famílias com chefes mulheres. Assim é que, os parentes, na maioria pais e/ou sogros do chefe, ao sobreviverem mais tempo (casados ou viúvos) permanecem cada vez mais sós em seus domicílios ou então passam a viver com uma família monoparental.

As explicações para as novas tendências nas estruturas familiares são varia-

das e se inserem no quadro das rápidas transformações econômico-sociais e culturais do país. Na análise destas tendências é comum o uso dos chamados indicadores de "modernidade", para destacar a racionalidade e as crescentes opções individuais que responderiam pelos novos tipos de família. Por exemplo, o aumento no número de famílias conjugais sem filhos é, comumente, interpretado como resultado de uma opção dos casais ligado ao desejo de não ter ou adiar a vinda dos filhos em nome de uma maior intimidade e privacidade. O ponto crítico de uma interpretação exclusiva, nesta perspectiva é que, uma vez mais, o referencial se restringe a certos grupos familiares ou indivíduos com "opções". Sem negar a existência destes, gostaríamos de destacar os constrangimentos e a falta de opções para a maioria dos indivíduos e famílias brasileiras. Assim é que, insistimos na necessidade de considerar interpretações alternativas. Uma que se impõe no exemplo citado, do aumento dos casais sem filhos, seria de que esta tendência resultaria, também, das condições concretas de vida dos casais, ligado com a disponibilidade de recursos ou até mesmo com a natureza dos tipos de uniões cada vez menos formalizadas.

Portanto, tendo em conta a complexidade dos processos familiares e as diversidades culturais, econômico-sociais e regionais do país parece-nos fundamental considerar que o entendimento das estruturas familiares e suas transformações passam, tanto pelos efeitos racionalizantes e de maiores opções individuais de certos grupos, resultante dos processos de mudanças econômico-sociais, como pelos custos sociais destes processos que estariam determinando a falta de opções e até mesmo comporta-

mentos subordinados para grande parcela da população.

FAMÍLIAS CHEFIADAS POR MULHERES: OPÇÃO OU SUBORDINAÇÃO?

O aumento no tipo de famílias chefiadas por mulheres, que as estatísticas sugerem ser resultado da elevação das taxas de separações e divórcios, da expectativa de vida maior para as mulheres, da crescente proporção de mulheres solteiras com filhos bem como da maior integração da mulher no mercado de trabalho, pode ser interpretado em termos de opção ou de subordinação ao processo de mudanças ocorridas no país. Ou seja, uma interpretação possível é de que o maior número de famílias com chefes mulheres resulta da abertura no leque de opções para a mulher ao longo de sua trajetória de vida. Entretanto, e seguindo a lógica de nossa proposta anterior, argumentamos que o aumento de mulheres chefes de famílias poderia estar ligado, também, aos custos sociais do processo rápido de mudanças nos padrões sociais, político e econômicos em curso no país. As estatísticas oferecem subsídios para estas interpretações e vale a pena revisá-las.

As tendências de mudança no perfil da população feminina brasileira são sugestivas dos vários desdobramentos de longo e curto prazos, que estariam contribuindo para que uma maior proporção de mulheres seja chefe de família. Há um aumento da participação feminina na força de trabalho remunerada, de cerca de 16% para 33% entre 1960 e 1984; uma melhoria no nível educacional, com um aumento de 17% para 34% das mulheres no nível secundário e um crescimento na proporção de mulheres com residência urbana, de

46% para 77%, para o mesmo período).

Há evidências de que a mulher brasileira, qualquer que seja o estágio de ciclo vital, está aumentando sua participação na força de trabalho. Verifica-se também, uma mudança no perfil da mulher trabalhadora em termos de estrutura etária e status marital. Da tradicional predominância de solteiras nas faixas etárias menores de 25 anos até os anos 70, as taxas de participação nos anos 80 mostram que são as mulheres nas idades 30-39 anos, casadas, separadas/divorciadas e unidas consensualmente as que, respectivamente, mais incrementaram suas taxas de atividade. Também é um fato, que as mulheres trabalham cada vez mais nas indústrias e deixam seu lugar tradicional na agricultura para entrar em novos setores de serviços, mas que as diferenças de salário por sexo permanecem (Bruschini, 1989a, Telles, 1989).

No quadro das famílias brasileiras, segundo rendimento mensal, destaca-se o contingente de famílias chefiadas por mulher nos estratos de renda mais baixa. Em 1987 cerca de 7% das famílias chefiadas por mulher não possuíam nenhum tipo de rendimento enquanto menos de 1% das famílias conjugais encontravam-se nesta categoria. Da mesma forma 40% das famílias com mulheres chefes estavam nas faixas de renda mensal de 1/2 salário **per capita** enquanto 30% das famílias conjugais percebiam este valor. A presença de mulheres chefes de família e seu predomínio entre os pobres tem sido interpretada em termos da urbanização e marginalização dos trabalhos de baixa renda (Merrick e Schmink, 1983; Barroso, 1978) e da proletarização e a divisão sexual e social do trabalho geradas por estes processos (Garcia Castro, 1989).

Há desigualdades na estrutura e organização da trajetória de vida familiar das mulheres por cor. Resultados recentes mostram que as mulheres negras esperariam viver hoje mais da metade de suas vidas adultas na condição de não casadas ou sem companheiro (56%), comparando-se às pardas (48%) e às brancas (42%). Isto aparece como determinante para o fato de encontramos mais mulheres negras que são chefes de famílias do que pardas e brancas. Entre os elementos explicativos para estes diferenciais destacam-se os 8 anos a mais de expectativa de vida das mu-

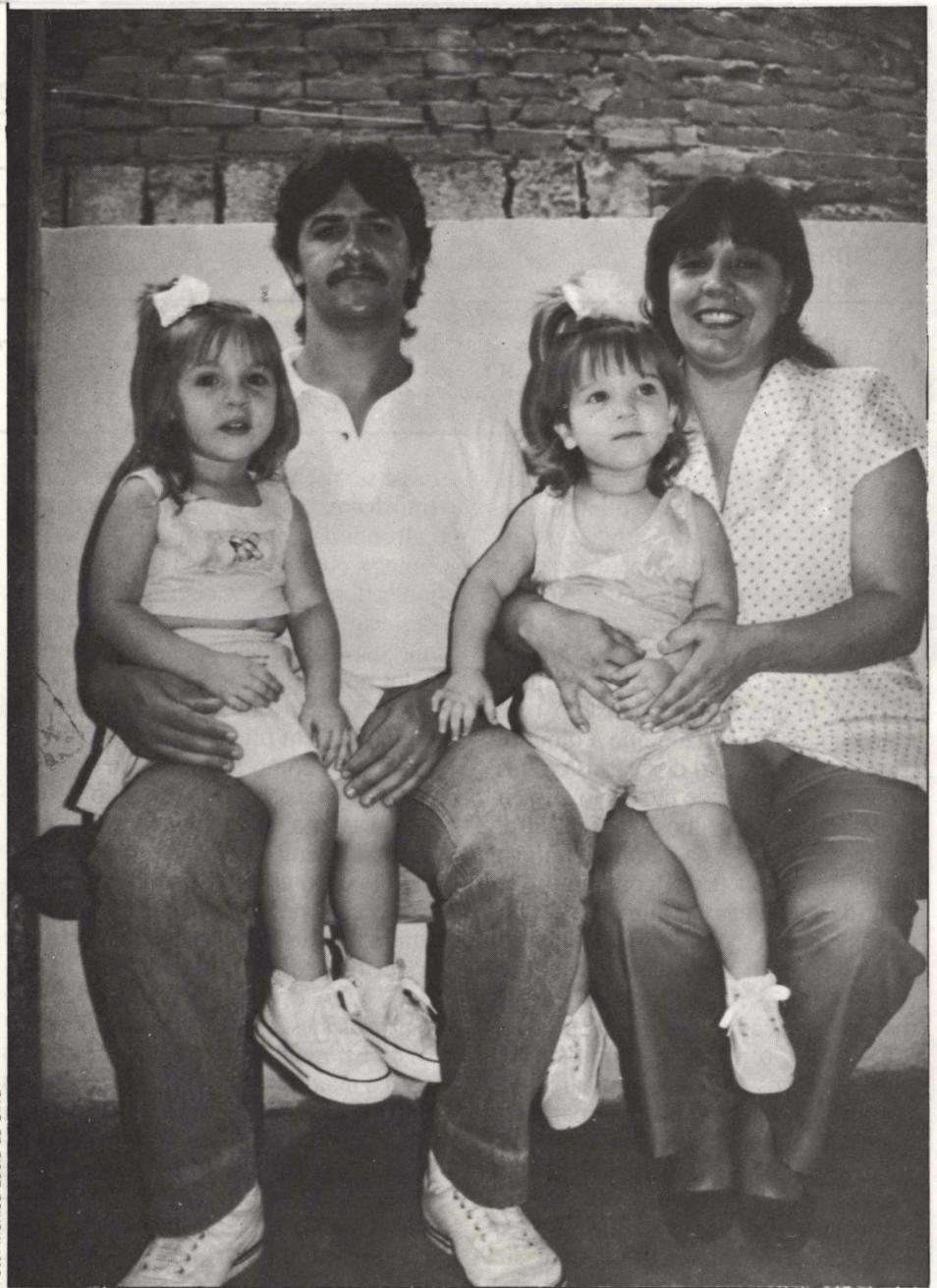


Foto: Monica Lucia da Silva

heres brancas bem como os padrões diferenciados de nupcialidade por raça. Isto revela as diferentes estratégias de comportamento das mulheres ante uma estrutura de oportunidades desigual e onde a discriminação racial aparece como elemento fundamental. (Goldani, 1990).

ARGUMENTOS E ESTATÍSTICAS NA DISCUSSÃO DA CHAMADA CRISE DA FAMÍLIA

Na revisão dos argumentos e das evidências empíricas usados a favor ou contra a idéia de declínio da família, é importante destacar primeiro o que se

estaria entendendo por família e por crise. Quanto ao conceito de família, apesar das discussões sobre o mesmo, a referência comum nos discursos é o grupo de pessoas que reside em uma mesma casa, mantém laços de parentesco e dependência e mantém relações hierárquicas. Ou seja, parece haver um modelo hegemônico de família que constrói o imaginário das pessoas. Isto, aliás, parece refletir-se nas estatísticas disponíveis pois como destacamos acima mais de 80% das famílias são formadas por casais com ou sem filhos, que residem ou não com parentes.

O termo "crise familiar" envolve

uma discussão bastante mais ampla. Entretanto, como já foi mencionado anteriormente, parece que o discurso da opinião pública associa crise com mudanças e desintegração, enquanto para muitos estudiosos da família a chamada crise da família significaria mudanças estreitamente relacionadas com as transformações nos valores e condições de reprodução da população.

Tratando de sumarizar, destacamos três dos principais argumentos usados pelos defensores da idéia de declínio da família contrapondo-se aos que consideramos ser mudanças mas não, necessariamente, desintegração.

1) A família passa por uma desinstitucionalização interna. O fato de que os indivíduos se tornam mais autônomos, menos dependentes do grupo, tem gerado grupos domésticos familiares cada vez menos coesos e integrados. Ao mesmo tempo se destaca que o Estado e outras instituições interferem diretamente neste processo de desinstitucionalização.

Apoiados nas estatísticas sobre a participação da mulher e dos filhos no mercado de trabalho, assim como na crescente contribuição destes para o orçamento doméstico, os argumentos vão na linha das alterações dos hábitos e relações entre os membros da família como também de um debilitamento da autoridade parental. Da mesma forma se diz que o Estado Brasileiro exerce um papel determinante sobre a família e destaca-se para isto a legislação nos diferentes códigos civis delimitando direitos e obrigações dos membros da família, bem como o conjunto das políticas públicas interferindo direta ou indiretamente sobre a reprodução dos seus membros (Goldani, 1990, Bilac, 1990).

Ao discutir esta questão da desinstitucionalização não há como negar que como estratégia para enfrentar as dificuldades econômicas e a degradação dos salários os membros da família foram para o mercado de trabalho, rompendo assim com tradicionais arranjos e hábitos domiciliares. Por exemplo, apesar de que são os chefes de família os que mais respondem pela obtenção da renda familiar, observa-se em 1987 que, a contribuição dos filhos de 10-17 anos, para a maioria das famílias, foi da ordem de 11 a 30% do total da renda familiar. Estes dados poderiam reforçar o argumento de relativização da autoridade parental, a alteração da sociabilidade entre os membros da família e a

redefinição de posições na família. Entretanto, isto mais que a falência da família brasileira pareceria apontar para um modelo menos hierárquico e mais democrático de família.

Quanto ao papel do Estado no processo de desinstitucionalização diríamos que, de fato, isso nada tem de novo e que talvez esteja ocorrendo, isto sim, um aprofundamento da interferência deste na dinâmica familiar. Dois exemplos comumente citados, referem-se aos efeitos indiretos das políticas sociais sobre a queda da fecundidade no Brasil (Faria, 1988) e as alterações substanciais na concepção de família e os novos direitos da mulher introduzidos na Constituição de 1988 (Bilac, 1990; Goldani, 1990). Assim as relações entre Estado e Família que foram, por muito tempo, mantidas mais bem a nível ideológico e institucional, hoje, mostram um estreitamento ainda maior a nível das práticas.

2) O declínio do familismo como valor cultural é evidente, e teria como origem o crescente individualismo e igualitarismo. O desaparecimento das famílias de três ou mais gerações, ou mesmo a diminuição dos parentes na residência de famílias conjugais são apontados como indicadores disto. Na mesma linha se argumenta que estes valores estão debilitando-se na medida que há uma diminuição do tamanho da família e uma maior instabilidade das uniões fragmentando os laços de parentesco. Entre as estatísticas apontadas em favor deste argumento aparecem: o declínio na proporção de casais residin-

do com parentes, que passa de 10% para 7% no período 1970/1987; a diminuição de 1 pessoa em média no tamanho da família no mesmo período e o incremento de mais de 100% nas taxas de separação e divórcio nas últimas décadas (Goldani, 1989).

Entre as dificuldades com este argumento destaca-se o pressuposto da existência de um modelo de família extensa ou ampliada pela presença de diferentes gerações coresidindo e que estaria em processo de nuclearização. Este pressuposto é fortemente questionado pelos estudos históricos que registram, para diferentes momentos da história do Brasil, uma predominância do tipo de família conjugal, ou nuclear, para usar a terminologia daqueles estudos. Associado a isto, encontra-se o fato de que as estruturas familiares resultam de uma dinâmica interna associada aos diferentes estágios do ciclo vital da família o que dificulta a generalização dos tipos de família.

Em resposta a esta tese do declínio do familismo se poderia contrargumentar, ainda, que as melhorias nas condições de saúde e mortalidade (resultado da expansão dos serviços de saneamento básico e medicina preventiva, do tipo vacinação massiva, mais do que propriamente resultado da melhoria das condições de vida da população), geraram mudanças nas estruturas por idade e sexo da população propiciando que as pessoas viviam por mais tempo nos diferentes papéis. Portanto, os casamentos e as famílias podem sobreviver mais e os membros de diferen-



Foto: Arquivo CEM

tes gerações aumentaram suas chances de convivência mesmo que não seja sob o mesmo teto. Assim as estatísticas mostram que um brasileiro nascido e exposto às condições de vida dos anos 40 esperaria viver em média 43 anos, ao passo que nos anos 80, esperaria viver cerca de 68 anos. Esta situação juntamente com a queda da fecundidade fez com que a população brasileira ficasse mais velha, aumentando as chances de convivência entre as gerações. De uma idade média de 19 anos em 1950 e uma proporção de 2% de pessoas idosas (mais de 65 anos), o Brasil passou a ter em 1984 uma população com uma idade média de 21 anos e uma proporção de idosos ao redor de 4% (Hakkert, 1986).

Finalmente, e ainda em favor da tese sobre o potencial fortalecimento dos laços familiares, via longevidade dos membros da família, caberia mencionar o impacto da mortalidade sobre a permanência de famílias do tipo conjugal. Analisando as trajetórias de vida feminina mostramos, em estudo anterior, que no Brasil, durante este século o aumento de expectativa de vida foi mais importante que as mudanças nos padrões de casamento na determinação do tempo que as mulheres brasileiras passam em uma família conjugal (Goldani, 1989). Assim encontramos, com base nos dados de 1980/84, que mais de dois terços do tempo que uma mulher brasileira passaria na condição de mãe ela o faria no interior de uma família do tipo conjugal (casal com filhos). Claro está que isto é diferenciado por grupos sociais e, no caso, mostramos que as probabilidades das mulheres/mães permanecerem em famílias do tipo conjugal é maior para brancas (71%) do que para as pardas (66%) e negras (58%) (Goldani, 1990).

3) A família está enfraquecida e debilitada para cumprir com muitas de suas tradicionais funções sociais, inclusive com a reprodução de seus membros e a sua própria como grupo. Para sustentar este argumento menciona-se o rápido descenso da fecundidade (de taxas totais de 6,0 filhos em 1950 passa para 3,2 em 1986), o aumento das concepções prematris (a proporção de mulheres casadas que tiveram filhos antes ou estavam grávidas ao casar passou de 13% nos anos 60 para 20% nos 80) e ainda a chamada produção independente, ou seja, de solteiras. Em 1984 cerca de 11% do total das mulheres adultas solteiras haviam tido filho.



Foto: Arquivo CEM

Esta proporção variou de aproximadamente 21% para as negras, 13% entre as pardas e 8% para as brancas. Dentro do raciocínio anterior estas cifras indicariam o não controle da atividade sexual e da reprodução pela família (Goldani, 1990).

Um aspecto central e discutível deste argumento é a concepção restrita de reprodução da família vista tão só através da fecundidade. Mantendo-se ao nível do demográfico é fundamental destacar que a reprodução da família passa não só pelo número de filhos tidos mas também pela sobrevivência dos seus membros e as novas formas de uniões entre os sexos. Neste sentido é importante salientar que apesar da diminuição da fecundidade e aumento dos divórcios, o potencial gerado pela maior esperança de vida de homens e mulheres possibilitou a permanência da família conjugal como modelo mais comum. Da mesma forma que a maior sobrevivência feminina, com uma expectativa de vida de cerca de 6 anos a mais que os homens, juntamente com as rupturas matrimoniais, possibilitou um aumento de famílias monoparentais (Goldani, 1990). Nossos resultados mostram, também, que os papéis de esposa e mãe predominaram nas trajetórias de vida das mulheres brasileiras apesar de que há uma pequena diminuição relativa do peso destes na vida adulta destas mulheres. Por exemplo, enquanto as mulheres nos anos 50 esperariam passar casadas 60% de sua vida adulta, aquelas mulheres casadas

nos anos 70 passariam cerca de 55% de sua vida adulta nesta condição.

Concluindo, poderíamos dizer que as transformações mais recentes na família brasileira foram marcadas nos anos 70 por um período de grande mudanças que delineou um novo perfil das relações tanto de trabalho como interpessoais e familiares. A família como parte ativa destes processos de mudanças sofre rápidas e profundas transformações em suas tradicionais atribuições, bem como os papéis de cada um de seus membros estão sendo redefinidos. O crescimento industrial e urbano, associado à uma política de arrocho salarial transforma os modos de vida de mulheres, homens e crianças brasileiras. A questão, portanto, não seria de que a família está acabando e em consequência deixando de atender as necessidades de cuidado e afeto de seus membros, mas o que sim ocorre é que, no bojo das contínuas e intensas contradições do processo de mudanças sociais, as estruturas familiares são redefinidas. Neste sentido, as especulações sobre a crise da família resultariam, também, de uma certa indefinição atual dos valores e práticas sociais no âmbito doméstico.

As tendências demográficas refletem e são ilustrativas dos desafios que as famílias enfrentam para atender seus dependentes. Por um lado, o alargamento da vida vai alterando as estruturas familiares e o processo de envelhecimento e, por outro, os indivíduos encontram-se com uma estrutura social

cada vez mais complexa condicionando suas decisões nas trajetórias de vida. As gerações de meia idade cada vez mais se enfrentam com a simultaneidade de demandas e obrigações para com os pais e/ou parentes idosos e para com seus filhos. Estas transformações são particularmente dramáticas para as mulheres, tradicionalmente responsáveis pelo cuidado dos dependentes na família; suas trajetórias de vida passam por alterações das mais profundas.

A despeito da predominância da trajetória familiar esperada, que mostra crescentes proporções de mulheres brasileiras alcançando os 50 anos casadas e com filhos, cabe destacar que este comportamento está longe de ser universal. Cresceu a proporção de mulheres que superpõe papéis nas esferas do privado e do público. Ao mesmo tempo, e como resultado da diversificação de papéis na vida da mulher, observa-se mudanças na sequência e nas durações dos eventos ao longo das trajetórias fa-

miliares. Mesmo dentro do casamento há alterações na ordem dos eventos e/ou adiamento dos mesmos. Por exemplo, a sequência de casamento e filhos modificou-se e uma maior proporção de mulheres apresentam concepções pré-matrimoniais, ao mesmo tempo que há uma tendência de adiamento da união e primeiro filho através do tempo. As implicações destas mudanças para outras dimensões da vida das mulheres passa pela redefinição de prioridades e de relações no interior da família, o que, por sua vez, acaba por redefinir o próprio caráter da estrutura familiar.

Finalmente, quanto à polêmica questão do declínio da família, insistiríamos em que, de fato, do que se trata é da emergência de um modelo menos hierárquico e mais democrático de família. Ou seja, mesmo que no Brasil predomine um modelo hegemônico de relações de autoridade e hierarquia na

família, (Sarti, 1989), do homem sobre a mulher, dos pais para os filhos e dos mais velhos sobre os mais novos, não há como negar as profundas transformações nestas relações. As decisões resultam, cada vez mais, de uma negociação na qual todos os membros da família acabam participando e influenciando para a construção de modelos alternativos de relações. Há um processo de barganha entre homens e mulheres, marido e mulher, pais e filhos que estariam gerando novas dinâmicas e arranjos familiares. As formas como isto ocorre e o poder relativo dos membros na família variam por sexo, por gerações e de acordo às etapas do ciclo vital familiar bem como são diferenciadas por grupos e contextos sociais.

* Ana Maria Goldani e socióloga/demógrafa, professora no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

1. Estes resultados são de uma pesquisa realizada pela Standard, Ogilvy & Mather, que entrevistou 2359 indivíduos entre 18 e 60 anos pertencentes a diferentes condições sócio-econômicas. Do total destes brasileiros 46% revelaram uma imagem negativa da família enquanto 44% referiram-se positivamente e o restante 10% dividiram-se entre não respostas ou não tinham opinião formada. (vide a Folha de São Paulo, Novembro 21, 1989). Realizada em nove países da América Latina (Brasil, Argentina, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, México e Uruguay), em cinco deles a imagem positiva da família predominou. Isto foi particularmente forte na Argentina (60%) e Equador (57%). Entre aqueles países onde predominou uma imagem negativa destacou-se a Costa Rica, onde apenas 37% dos entrevistados manifestaram ter uma imagem favorável da família.

2. No caso das publicações do IBGE família é definida como: um casal com ou sem filhos ou ainda um dos pais com filhos tendo presente ou não "outros parentes" e/ou "não parentes" que vivem em um domicílio particular. Família pode ser ainda um domicílio particular que tenha 1 pessoa morando só, um grupo de até 5 pessoas residindo juntos mas sem laço de parentesco e qualquer outro tipo de arranjo que conste. Portanto, a definição de família para o IBGE equivale ao de unidade doméstica e não à concepção sociológica mais comum que é o de família como um grupo de pessoas conviventes que mantêm vínculos de parentesco resultantes de consanguineidade ou de adoção. Entre as vantagens da coleta das informações do IBGE a nível da unidade doméstica e não só da família de parentesco destaca-se as possibilidades de reconstrução de diferentes universos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bilac, Elizabet. 1990. Convergências e Divergências nas Estruturas Familiares no Brasil. GT Família e Sociedade, ANPOCS, XIV da ANPOCS, Caxambu, MG.

Bruschini, Maria Cristina. 1989. Tendências da Força de Trabalho Femenina Brasileira nos Anos Setenta e Oitenta: Algumas Comparações Regionais. Texto da Fundação Carlos Chagas Nº 1/89.

Castelo Branco, Helena Alvim. 1990. Família. Indicadores Sociais, vol 1. IBGE, Rio de Janeiro.

Faria, Wilmar. 1989. Políticas de Governo e Regulação da Fecundidade: Conseqüências não Antecipadas e Efeitos Perversos. In Ciências Sociais Hoje, 1989. São Paulo. Edições Vértice.

Goldani, Ana Maria. 1989. Women's Transitions: The Intersection of Female Life Course, Family and Demographic Transition in Twentieth Century Brazil. Tese de doutorado (não publicada) University of Texas at Austin.

Goldani, Ana Maria. 1990. "Changing

Brazilian Families and Consequent Need for Public Policy". International Social Science Journal. November 1990.

Goldani, Ana Maria. 1990. "Desigualdade Racial nas Trajetórias de Vida Familiar das Mulheres Brasileiras." In Desigualdade Racial no Brasil Contemporâneo, Fundação FORD e Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (CEDEPLAR) da Universidade Federal de Minas Gerais (no prelo).

Hakkert, Ralph. 1986. "A queda de Fecundidade e o Novo Padrão da Estrutura Etária Brasileira". ANAIS, do V Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP. Vol. 1:257-270.

Sarti, Cyntia. 1989. Família Patriarcal Entre Os Pobres Urbanos? In GT Família e Sociedade, XIII Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, MG.

Telles, Edward E. 1988. The Consequences of Employment Structure in Brazil: Earnings, and Metropolitan Area Differences. Tese de doutorado apresentada na University of Texas at Austin.

LITERATURA REGIONAL: UMA VIA PARA ESTUDOS SOBRE FAMÍLIA

*Socorro Pereira **



Foto: Jovino Balbinot

Os recentes estudos sistemáticos sobre a família no Brasil têm demonstrado que a concepção de uma estrutura familiar patriarcal não responde adequadamente às questões a respeito da temática. Da forma como bem expõe Marisa CORRÊA, a família no Brasil não mantém realmente uma unidade de formas de organização. Pelo contrário, o modelo que, tradicionalmente, alguns estudiosos tomam como sendo o dominante, parece ser na verdade, ou melhor dizendo, ter sido, o modelo de família da classe dominante. Também Gilberto VELHO, ao tratar de família, indivíduo e subjetividade, afirma crer “não existir UMA família brasileira” (G. do A.). E continua:

“Sem dúvida há diferenças relacionadas à classe social, a grupo de status, a grupo de ethos, tradições regionais, etc. A família patriarcal de Gilberto Freyre, construída como modelo não é encontrada, contemporaneamente, andando na rua, não é localizada; contudo, existe uma memória, algo semelhante à família patriarcal”. (G. do A.)

No Nordeste, região em que a produção agrícola predominou historicamente, tendo inclusive vivido ciclos de intenso progresso econômico centrado em produtos como o algodão e a cana-de-açúcar, não se dá diferentemente do que ocorre em outras regiões do País: também aqui é possível observar a existência simultânea de tipos diferentes de organizações familiares, pois que também diferentes classes conviveram e convivem, construindo a história.

Uma das vias, através da qual é possível obter-se um manancial de contribuições para uma história da família no Nordeste é, a meu ver, a literatura regional, os romances de autores como José Lins do Rego, Graciliano Ramos, dentre outros, tendo em vista uma cer-

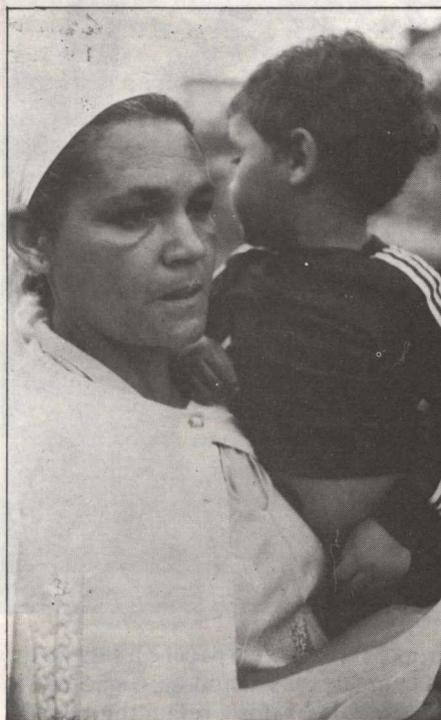


Foto: Ana Valin

ta exigüidade de textos na literatura sociológica a este respeito. Essa exigüidade — que tende a diminuir cada vez mais, reside muito mais nos aspectos sob os quais se analisa a família do que propriamente no número de estudos que sobre ela se fazem.

Como bem coloca CORRÊA, existem “áreas de sombra sobre este campo”, não apenas pela visão de que “a família é um mal a ser combatido” ou de que ela “é a célula-mater da sociedade”, mas “porque deixamos de incorporar à nossa reflexão uma perspectiva crítica a respeito da forma como ele (o tema “família”) tem sido historicamente tratado em nosso país”.

O exame à literatura regional nordestina pode fornecer dados indicadores de como se organizam os espaços familiares, em especial num determinado momento histórico da região — como o da passagem de uma economia essencialmente agrícola para uma economia industrial-agrária (morte dos engenhos surgimento das usinas de açúcar). Nos textos literários, é possível perceber, através da observação do cotidiano das personagens, a dinâmica vivida no seio dos diversos grupos familiares, o que possibilita, em certa medida, uma espécie de fotografia da(s) família(s) no período abordado. Textos de José Lins do

Rego e de Graciliano Ramos, por exemplo, são ricos na revelação da existência de família que, embora se entrelacem na vivência de uma realidade que as aproxima e as afasta, pouco têm a ver uma com a outra, enfrentando diferentemente, cada uma, seu processo de evolução e mudança.

Em São Bernardo, Graciliano, ao mesmo tempo em que conta a história particular de um homem empreendedor (Paulo Honório), mostra-nos “a construção de um burguês”, nas palavras de Carlos Nelson Coutinho: quebram-se as correntes do patriarcalismo, inicia-se a era do liberalismo, do individualismo. Cada um faz-se por si (como Paulo Honório se fez), a sociedade permite-o e, na verdade, exige-o. O milagre do “self-made man” torna-se possível: é o homem dono de uma objetividade implacável, é o indivíduo investido do sentimento dominante e dominador que é o sentimento de propriedade. Um sentimento que se dirige também em direção e sobre a mulher. Após conquistar as terras, os bens de São Bernardo, vem a posse a ser exercida sobre Madalena. A apropriação que Paulo Honório faz das coisas, faz do mesmo modo, das pessoas, reduzindo-as (ou tentando fazê-lo) a objetos de sua posse. Encontra, porém, um obstáculo: Madalena, a quem ele não consegue dominar, e cuja morte é, na verdade, uma profunda demonstração de resistência aos objetivos dele.

José Lins do Rego, em obras às quais ele próprio chama de romances do “Ciclo da Cana-de-Açúcar”, escrevendo “memórias que fossem as de todos os meninos criados nas casas-grandes dos engenhos nordestinos”, faz um retrato do processo de desaparecimento do engenho de açúcar tradicional, que “dá” lugar à grande empresa, à indústria moderna que é a usina. Engolindo os engenhos, exigindo, para o plantio da cana, cada centímetro de terra, eliminando a agricultura de subsistência, expulsando os antigos agregados dos banguês para a caatinga, transformando-os em trabalhadores rurais, a usina provoca profundas mudanças no contexto sócio-econômico-político-cultural da Região Nordeste. Nesse retrato, além de se encontrarem os meninos de engenho, e “os que nem

o nome de menino podiam usar, os chamados 'moleques da bagaceira', como explica José Lins, encontram-se ainda as mudanças que foram ocorrendo com a família do senhor do engenho: a perda de vitalidade do senhor, chefe da família, de sua posição social, de seu poder político, ocorre paralelamente à desagregação dos membros da família (filhos, irmãos, genros, noras, netos...) e dos que, morando no engenho, fazem parte do grande grupo familiar.

Por outro lado, o autor, ao narrar suas histórias, não trata apenas das famílias proprietárias. Ele enfoca também a vida dos agregados e, com a chegada da usina, a saída deles para a periferia das cidades. Família? Famílias... diferentes. Sob um mesmo nome — FAMÍLIA —, grupos com estruturas diversas, lugares diversos, condições de vida opostas, inserção diversa no interior da sociedade.

"Eu tinha uns quatro anos no dia em que minha mãe morreu.

... vi minha mãe estendida no chão e meu pai caído em cima dela... Três dias depois da tragédia, levaram-me para o engenho de meu avô materno... O Tio Juca, que fora me buscar, contava a história..." (Menino de Engenho)

"Ricardo ficou sozinho... A mãe se fora para a cozinha da casa-grande. Talvez nunca mais visse Mãe Avelina por toda sua vida. Queria-lhe bem. Vira desde que se entendera de gente ela dormindo com outros homens. ... Avelina era mãe para tudo. Não lhe fazia inveja a mãe de ninguém. Trabalhava na casa-grande e ainda lhe sobrava tempo para ter um roçado. ... E os cinquenta mil-réis que fazia na colheita, gastava com eles." (O Moleque Ricardo)

Os trechos acima dão uma pequena amostra de como se revelam, nas narrativas dos romances, as relações sociais, tornando possível, a partir delas (das narrativas), reconstruírem-se de forma mais clara situações do cotidiano das personagens, indivíduos de uma dada realidade: no caso, a nordestina de fins do século passado e inícios deste.

As mudanças ocorridas na(s) estrutura(s) familiar(es), a composição dos



Foto: Arquivo CEM

grupos familiares, o papel e a função de cada um de seus membros, o caráter e a "qualidade" dos relacionamentos juntam-se ao fato de que os romances resguardam a existência de tipos diferentes de família: cada personagem tem a sua, convivendo simultaneamente numa rede de relações das quais se depreendem as determinações das formas que a instituição familiar assume nessa convivência.

Ainda que os autores romancistas possam ter recebido larga influência do pensamento de que "a família brasileira seria o resultado da transplantação e adaptação da família portuguesa ao nosso ambiente colonial, tendo gerado um modelo com características patriarcais e tendências conservadoras em sua essência", na verdade seus escritos denunciam uma realidade múltipla. José Lins, por exemplo, embora tenha uma obra que reflete o mundo do patriarcalismo rural, e tenha mesmo influência de Gilberto Freyre, com suas idéias sobre a formação social brasileira, ofere-

ce-nos a possibilidade de uma leitura através da qual se resgatam as "outras famílias" que não obedecem ao modelo patriarcal — as famílias dos trabalhadores do engenho, da usina, do campo e da cidade, sobretudo porque a narrativa reconstrói o contexto real dos diversos grupos familiares.

Ao citar aqui excertos de Graciliano e de José Lins, faço-o não com a intenção de que se busque neles um processo de evolução da(s) família(s), mas a manifestação da convivência de uma multiplicidade de formas de expressão do ser dessa(s) família(s): em Graciliano (São Bernardo), aflora a constituição de uma unidade de características burguesas; em José Lins, a inegável multiplicidade vem à tona. Aparecem as mulheres chefes de família (a mãe do moleque Ricardo, por exemplo); os irmãos-filhos de pais diferentes e desconhecidos; as mulheres que se recusam à submissão ao marido (Madalena, em São Bernardo) e as que, sem essa submissão em troca de proteção, não sobreviveriam; as crianças que são apenas crianças e aquelas que, com seu trabalho, contribuem para, ou até garantem, a sobrevivência dos membros de seu grupo familiar.

A riqueza da obra literária está justamente em nos apresentar não um retrato estático da vida, mas uma releitura do cotidiano — multiforme, multifacetado, e pleno de movimento. As palavras de Marisa LAJOLO são oportunas para finalizar aqui, lembrando ao "atilado leitor" que

"... a literatura foi e é sempre realista... Por mais deformado, transformado ou transfigurado que seja, o real esteve e está nos livros, para quem quer vê-lo".

* Socorro Pereira é Profª do Depto. de Educação da UFPB/Campus II — Campina Grande.

Bigliografia

CORRÊA, Marisa, **Repensando a Família Patriarcal Brasileira**. In: Colcha de Retalhos — Estudos sobre a Família no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1982.

RAMOS, Graciliano. **São Bernardo**. 42ª ed. Rio de Janeiro, Record, 1984.

REGO, José Lins, **O Moleque Ricardo/Menino de Engenho**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira,

1984/1985.

VELHO, Gilberto. **Família e Subjetividade**. In: ALMEIDA, Ângela M. de. **Pensando a Família no Brasil — Da colônia à Modernidade**. Rio de Janeiro, Co-edição Espaço e Tempo/ED. da UFRJ, 1987.

LAJOLO, Marisa. **O que é Literatura**. São Paulo, Brasiliense, 1984.

MULHER: SUJEITO OU OBJETO DO “PLANEJAMENTO FAMILIAR”?

Angela Arruda *

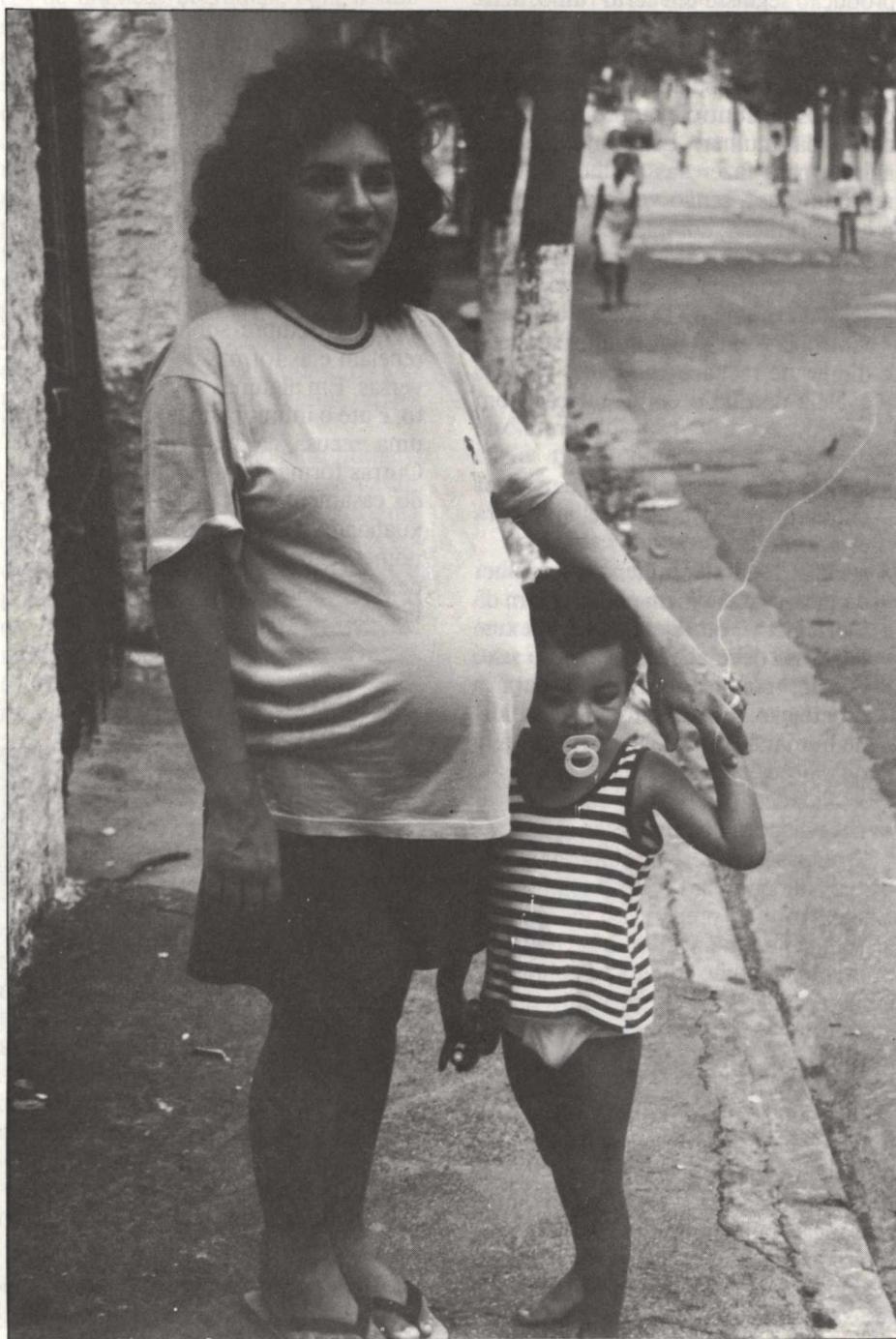


Foto: Mônica Lucia da Silva

A questão que temos diante de nós é: a mulher consegue controlar sua própria fecundidade segundo sua conveniência, ou esta sofre outras pressões e acaba se manifestando sem obedecer aos seus anseios e necessidades?

Controlar a fertilidade quer dizer poder engravidar quando ela quiser e não engravidar quando ela não quiser, ou seja, poder decidir quando ter filhos, e quanto não tê-los. Controlar a fecundidade significa conquistar o direito de **optar** pela maternidade ou pela não-maternidade, deixar de ser um objeto da biologia, da “natureza” e das pressões da sociedade. Ser sujeito desse controle, possuí-lo, enfim.

Isso não é fácil, mas tem muita coisa que pode ser feita ou evitada se a mulher souber direito o que acontece com a sua capacidade de procriar — tanto o que acontece no seu organismo, como o que vem acontecendo com as mulheres em geral ao longo da história e das situações sociais, políticas e econômicas nas quais está inserida.

SEXUALIDADE FEMININA: SINÔNIMO DE REPRODUÇÃO

A importância da fecundidade está no fato de ela ser a base da continuidade da espécie. Por isso ela confere um poder tão grande (e tão temido) à mulher: dela depende, em boa parte, esta continuidade. Por isso o controle da fecundidade é um eixo das políticas demográficas. Por isso, também, é preciso subjugar a mulher para que ela procrie segundo certas conveniências.

Na verdade, a espécie humana não é das mais férteis. Segundo dados citados por **Paola Tabet**, a fecundidade relati-

va de uma mulher casada com idade aproximada de 25 anos, é de 25% ao mês, enquanto que uma vaca tem 75% de probabilidade de ser fecundada com uma só inseminação artificial. O problema está no fato de que uma mulher precisa de muito mais tentativas para ser fecundada que qualquer outro animal e, ademais, demora 9 meses para gestar o seu rebento. Os humanos não têm cio, contrariamente aos bichos que sabem quando é a hora de acasalar sem erro. A mulher, não! Seu calendário biológico não combina desejo e fecundação na mesma hora. A fêmea humana pode praticar o sexo o mês inteiro, e no entanto só um dia será o dia fértil. Para garantir a reprodução, então, é necessário manter relações mais frequentes, numerosas, mesmo que não seja este o desejo da mulher.

O casamento é a instituição que assegura a cobertura eficaz para a fecundação. (Hoje em dia já se pode identificar o período fértil da mulher, mas ainda é um privilégio das mais bem informadas). Claro que, para que esta forma de organizar as coisas para chegar à fecundação desse certo, antes dos conhecimentos científicos estarem ao alcance de todos, foi preciso todo um processo de domesticação da mulher, até que ela achasse normal submeter-se às necessidades do grupo social que quer se reproduzir e ao desejo do macho.

Assim, muitas sociedades ensinam a mulher a acatar este desejo através da curra, antes ou durante o casamento (quando ela se recusar ao marido), com estupros coletivos preparados pelo marido, até, para que ela aprenda a ficar "tranquila", aceitando a manifestação sexual do macho conformadamente.

Algumas tribos cortam o clitoris da mocinha, evitando que ela sinta prazer na relação, já que a função do sexo, para a mulher, é fazer engravidar apenas. Outras sociedades estimulam a fecundidade permanente da mulher, e ela não tem mais regras depois da primeira gravidez, transformando-se em verdadeira máquina de reproduzir. Por outro lado, algumas sociedades decidem, que se deve limitar o número ou o tipo de filhos, como os esquimós, para quem é normal matar as meninas ao nascer para fazer com que a mulher tente novamente gerar um menino, considerado mais útil para o grupo.

Com o surgimento do capitalismo, fecundidade passa a significar reprodução da mão-de-obra: braços para o tra-

balho, para render lucro para os donos do capital. Isto provocou uma baixa na mortalidade materna e dos recém-nascidos, é verdade, mas significou também que a sexualidade tem que ser canalizada para não desperdiçar as energias dos trabalhadores só pelo prazer (tão necessário quando se trabalha muito, se é super-explorado e se vive mal...). Fica demonstrado, assim, mais uma vez, o sentido político e econômico da manipulação da fecundidade, e o porquê da obrigação de juntar sexualidade com reprodução.

Em suma, para conseguir que a reprodução seguisse um certo rumo, definido pela sociedade ou pelos seus governantes/poderosos, a fecundidade sempre foi manipulada através de mecanismos de controle e apropriação do corpo da mulher. Estes mecanismos agiram para fazer das mulheers "boas reprodutoras", senão vejamos:

- a prostituição, complemento obrigatório do casamento "reprodutivo";
- o dever conjugal, que subjuga ao desejo do homem, expresso até pela violência, sem que a mulher tenha o direito de rechaçá-lo;
- a idéia de que o coito (relação com penetração) é a forma "correta" de exercer a sexualidade;
- a idéia de que a mulher só tem valor enquanto for jovem, isto é, apta para a reprodução;
- a idéia de que "mulher com mulher dá jacaré" e "homem com homem dá lobisomem", ou seja, de que a sexualidade só deve acontecer com o sexo oposto, condição essencial para a procriação. Entretanto, a sexualidade humana é múltipla e variada, tendo sido canalizada para a heterossexualidade apenas para satisfazer às necessidades demográficas.

Como acontece esta domesticação? Principalmente através do processo educativo, que prepara a mulher para desempenhar o papel de feliz reprodutora, objeto e não sujeito da política de população, da reprodução e do desejo do outro. Acontece quando ensinam que ela deve estar sempre disponível para o homem, que deve submeter-se ao desejo dele, calando o próprio. Quando ensinam que o amor só é legítimo no casamento e que o sexo pelo prazer é pecado. Quando violentam porque a mulher tem um corpo e depois dizem que é ela quem provoca. Quando batem para que se conforme ao seu papel, como se fosse proprieda-

de do parceiro, que faz do corpo de outrem objeto do seu desejo e da sua violência. Quando não permitem à mulher conhecer seu próprio corpo e controlar sua fecundidade, pois isso contraria os interesses dos poderosos.

É através dessa trajetória que, às vezes, a mulher chega a aceitar que ter filhos é o seu destino, que ser mulher é ser mãe, e que não querer ter filhos é ser desnaturada.

Trata-se, então, de uma domesticação da mente e do corpo que vai desde a educação para ser "boas mães", "boas esposas", "rainhas do lar", até a remodelagem do organismo, que pode sofrer mutilações físicas (como a ablação do clitoris), violências (como os espancamentos, a curra, o estupro conjugal) e mutilações psíquicas, consequência das anteriores e também por castrar uma parte da sexualidade feminina, o desejo ao prazer sem culpa, a opção livre pela maternidade ou pela não-maternidade. Entretanto, não quer dizer que a mulher seja sempre submissa. Muitas se rebelam e as formas de rebelião são diversas. Em algumas sociedades, o aborto, e até o infanticídio podem expressar uma recusa da maternidade forçada. Outras formas de rebelião são a recusa do casamento, a recusa da heterossexualidade, a afirmação da própria autonomia sexual, a busca de informação e de meios para regular sua própria fertilidade.

NO LIMITE DA SUBJUGAÇÃO — A ESTERILIZAÇÃO

Nos últimos dez anos, as mulheres mais desfavorecidas têm tentado desesperadamente diminuir sua taxa de fecundidade, e esta baixou, realmente, de maneira vertiginosa no Brasil, pondo por terra aqueles argumentos de que o crescimento demográfico do país era um perigo para o futuro, razão pela qual havia necessidade de controlar a natalidade da população mais pobre. (Nosso problema já é quase o inverso: com a queda brutal da natalidade, no ano 2000 teremos dificuldades de cobrir as necessidades da população idosa, devido à diminuição da população jovem.

Além de toda a opressão que os mecanismos anteriormente descritos oca-

sionam, a própria situação econômica constitui-se numa pressão para o controle da natalidade. A maciça migração do campo para a cidade, onde as condições de vida dificultam a criação de muitos filhos; a modificação da agricultura, restringindo a agricultura de subsistência (o que dificulta o trabalho infantil e encarece a alimentação, que passa a ser comprada na cidade); o maior número de mulheres que passaram a trabalhar em lugares onde não podem levar os filhos pequenos; a falta de creches e escolas; o aumento da escolaridade, segundo Carmen Barroso, levam a uma mudança de atitude.

Hoje, já não se pensa que "filho é a riqueza do pobre", nem que se tem "quantos Deus mandar". Mesmo porque muitas mulheres são forçadas a não engravidar se quiserem manter seus empregos: há firmas que exigem atestado de ligadura de trompas, outras que proíbem ou despedem as que se casam. Diante disso, o que fazem as mulheres? Usam o método que está ao seu alcance: a pílula. Mas ela nem sempre dá certo. O que acontece então? A mulher faz uma trajetória de tentativas mal sucedidas para evitar a gravidez, que constitui o que está sendo chamado de "modelo brasileiro de contracepção", que é:

- 1º — uso de pílula;
- 2º — frustração (problemas de saúde, repercussões psíquicas, ineficácia do método, gravidez indesejada);
- 3º — esterilização (último recurso de que ela tem notícia para resolver o problema de uma vez por todas).

Dizem que a pílula falha porque as mulheres são ignorantes, não tomam como devem. Mas a pílula que a maioria toma, superdosada, sem indicação médica nem acompanhamento, faz mal, e elas na tentativa de minimizar os efeitos negativos, acabam tomando o menos possível, é quando engravidam. E algumas, diante da impossibilidade de prosseguir com a gravidez, da falta de informação e de condições para tê-la evitado, vêm como única saída, o aborto. Ninguém aborta por gosto, sobretudo nas condições em que este ocorre quando da impossibilidade de pagar as altas taxas cobradas pelas clínicas particulares.



Foto: Dirceu Cutti

O aborto é a resposta derradeira diante da falha dos métodos e da sociedade, que não informa mas instiga o sexo, para depois condenar sem assumir seus próprios filhos, ao não oferecer educação, saúde, moradia, etc., nem afeto ("um filho desejado não será abandonado).

Entre uma etapa e outra (pílula e esterilização) do modelo, podem surgir algumas tentativas como a tabela ou o aborto, mas o modelo predominante é aquele. Na verdade, segundo a Pesquisa Nacional sobre Saúde Materno-Infantil e Planejamento Familiar, de 1986, 42% das mulheres em idade fértil no Brasil encontram-se esterilizadas. O aborto clandestino, por sua vez, apresenta taxas altíssimas, em que pese a impossibilidade de sua quantificação. Um dado objetivo a esse respeito diz relação às duzentas mil internações hospitalares detectadas por Hildete Melo, em consequência de complicações advindas de prática do aborto.

A pílula é ineficaz, porque inadequada e os outros métodos são inacessíveis para a ampla maioria das mulheres. Há também que se considerar que a maior parte dos homens não usam preservativos e nem se preocupam com a contracepção. Tudo isso leva a concluir que

muitas mulheres, certamente a maioria, continua a engravidar e parir sem desejar (inclusive muitas adolescentes, com menor possibilidade de acesso à contracepção e interrupção da gravidez), com sérias consequências para sua saúde e para as crianças. A responsabilidade, pois, pela contracepção, continua a pesar quase que exclusivamente sobre os ombros da mulher, enquanto objeto desse processo. Ela permanece sem acesso ao conhecimento do que acontece em seu próprio corpo para poder lidar com ele; sem acesso à informação sobre os métodos contraceptivos existentes para poder pensar no que mais lhe convém. Mas ainda que os conheça, se ela for do meio popular, não terá como obtê-los e nem mesmo a possibilidade de um bom tratamento para a esterilidade. Ressalte-se que os próprios profissionais da área são muitas vezes mal informados, mal treinados e desinteressados quanto a esta questão.

A maioria dos métodos apresenta problemas para o organismo feminino, mas mesmo isso ocorrendo, a pesquisa sobre contracepção não se preocupa com a contracepção masculina, que poderia ser bem mais simples, mais barata e com menores consequências. As repercussões para a saúde física e mental das mulheres são inúmeras. Queixas como as de nervosismo, mal-estar, dor de cabeça, enjôo, tontura, perda ou ganho de peso, frigidez, dores no "pé da barriga" e muitas outras, podem advir da problemática do controle da fecundidade e tudo o que ele implica: controle de sua sexualidade, mas que não funciona a contento e escapa ao controle da própria mulher. Muitas dizem que querem "ligar", mas será que o fariam se achassem um método adequado e eficaz?

DE OBJETO A SUJEITO — UM DESAFIO PARA A SOCIEDADE

Controlar a própria fertilidade apresenta-se como algo fundamental para a mulher, pois só assim poderá exercer seu direito de escolha, viver sua sexualidade livremente, controlar, enfim, sua própria vida.

Mas para se chegar a esse controle é preciso compreender o que seja a fertilidade, é preciso adquirir conhecimentos sobre seu próprio corpo, saber como ele funciona para poder dialogar com ele. E não se trata aqui de algo di-

ficil. Aliás, qualquer serviço de saúde deveria estar habilitado para fornecer os esclarecimentos sobre o corpo da mulher e do homem, fazendo-o de maneira sistemática, fora dos horários de consulta, nas salas de espera ou nos corredores, como já vem acontecendo em alguns ambulatorios.

Este seria o primeiro passo para que a mulher vá se tornando sujeito da regulação da fecundidade, ao ser preparada para dialogar com o médico sobre o que é melhor para ela e facilitando o seu direito de escolha. Mas tais esclarecimentos devem acontecer também nas escolas, integrando o processo educativo (o que evitaria muitos problemas para os jovens), bem como nas associações de bairro, clubes de mães, sindicatos e igrejas.

É preciso não esquecer que as atividades de regulação da fecundidade (apelidadas de planejamento familiar, termo bastante impróprio para a nossa realidade), não podem acontecer isoladamente nos serviços de saúde, evitando o risco de que se transformem em mera distribuição de pilulas, preservativos ou DIUS, o que perpetua o modelo de contracepção já visto. Tais atividades têm que se inserir numa perspectiva de assistência integral à saúde da mulher, dando atenção à etapa da vida em que esta se encontra e aos vários aspectos da sua saúde, pois tudo isso concorre para facilitar uma decisão acertada sobre a regulação da fertilidade (achar o método adequado para cada mulher, acompanhar a sua aplicação, ver seus efeitos, etc., pois não existe métodos bom para todas e nem para a mesma mulher durante toda a vida fértil). Dar atenção à particularidade de cada usuária é uma das peças necessárias à construção da mulher como sujeito, agente que determina as vias de controle de sua fertilidade.

Mas há outros elementos indispensáveis para esta transformação da mulher de objeto em sujeito. É necessário que haja uma modificação a nível dos serviços prestados e uma reciclagem do pessoal da área de saúde, não só a nível técnico, de atualização dos conhecimentos neste terreno (como usar, como ensinar a usar, o que existe e quando usar), mas também a nível da relação com as usuárias. Se por um lado é indispensável ter pessoal tecnicamente capacitado e competente, ter serviços equipados, ter insumos para poder

atender bem, o que implica igualmente em salários dignos, reorganizar os serviços para dar boa cobertura, estabelecer o que prega o SUDS, por outro, tudo isto ainda é insuficiente se não se modificar o tipo de relação de poder existente entre o pessoal e as usuárias, humanizando os serviços, agilizando o atendimento. Se assim não for, as mulheres continuarão preferindo buscar a pílula na farmácia ou nas mãos da funcionária da BENFAM (Sociedade Civil de Bem-Estar da Família do Brasil, sem ir à consulta médica (que significa horas de fila para ser, na maioria dos casos, mal atendidas), bem como nem buscarão conhecer seu corpo para encontrar seu próprio método de evitar ou de ter filhos.

Uma verdadeira reciclagem, portanto, tem que atingir a mentalidade das pessoas, e para que isso seja realmente modificado no futuro, é preciso mexer na formação dos profissionais da área de saúde; que eles(as) sejam sensibilizados(as) para conhecer e respeitar as diferenças entre os(as) usuários(as), saber escutá-los(as), acreditar que eles(as) também têm um saber proveniente da experiência, antes de querer impor seu saber como verdade revelada. Neste sentido, seria importante incluir disciplinas sobre Reprodução Humana nos cursos da área da saúde, assim como sobre Relações Humanas e Relações de Poder entre profissionais e usuários(as).

Todas essas são formas pelas quais os serviços e profissionais de saúde (estes, na maioria, são mulheres) podem contribuir para que a mulher, efetivamente, passe de objeto a sujeito da regulação da fertilidade.

Por último, para que a mulher seja realmente sujeito desse processo, precisa estar alerta para o significado das políticas públicas de saúde da mulher.

O modelo brasileiro de contracepção, por exemplo, é o resultado da omissão dessas políticas, que terminaram por acobertar e até estimular a atividade de entidades como a BENFAM e o CEPAIMC (Centro de Pesquisas de Assistência Integrada à Mulher e à Criança), que parecem vir preencher uma lacuna, satisfazer uma necessidade — a da contracepção — mas o fazem de forma desrespeitosa ao real direito de opção da mulher, ao seu direito à saúde.

Tais entidades, como as políticas que as encobrem, encaram a mulher como mera reprodutora, pois só se preocupam com a sua capacidade de procriação. O que fazem é servir aos interesses dos que julgam que a solução para o problema da miséria não está na distribuição da riqueza, mas sim na diminuição do número de filhos dos pobres. Mas tal já vem acontecendo há dez anos e nada resolveu. Apenas faz com que as mulheres paguem um preço que não é justo lhes seja imputado.

“Reivindicar ser mulher, não deve ser a recusa das pressões que isso supõe, mas, ao contrário, obter os meios de diminui-las, e sobretudo assumi-las. As que escolheram ou escolherão não ter filhos, devem ter os meios médicos, cirúrgicos de viver esta escolha, gratuitamente, sem culpabilidade. As que escolheram ou escolherão ter um ou vários filhos, não devem por isso perder sua identidade e seus direitos de seres humanos. Ser mãe, de acordo, mas também ser mulher, com desejos, aspirações e um trabalho para realizar...”

(Michele Le Coadic)

* Angela Arruda é professora da Universidade Federal da Paraíba — Campina Grande.

Bibliografia

1. BARROSO, C. A Mulher, o planejamento familiar e a administração municipal. Seminário para Prefeitas: Ação do Município na Promoção da Mulher, IBAM, Rio de Janeiro, 1-3 de agosto 1989.
2. Boston Women's Health Collective. *The New Our Bodies, Ourselves*, New York, Simon & Schuster, 1984.
3. COSTA, J. F. Ordem médica e norma familiar. Rio de Janeiro, Graal, 1979.
4. LE COADIC, M. La femme sujet, in Actes

du Colloque National Femmes, Féminisme et Recherches, Toulouse, Décembre, 1982.

5. MATTEAU, A. Les femmes à la conquête de leur pouvoir sexuel, in GRAFS, Nous, notre santé, nos pouvoirs, Montréal, Albert SAint Martin, 1983.

6. TABET, P. Fertilité, naturelle, reproduction forcée, in Mathieu, N.C. (org.) *L'arrondissement des femmes: essais en anthropologie des sexes*, Cahiers l'homme Nouvelle Serie 24, Paris, Ecole Hautes Etudes en Sciences Sociales 1985.

VIDA FAMILIAR E MOVIMENTOS POPULARES

Marília Pontes Sposito *

As relações entre as práticas dos movimentos sociais de cunho popular e a vida familiar não são imediatamente perceptíveis. Tradicionalmente, os estudos sobre família têm privilegiado a existência do grupo no âmbito da vida privada, enquanto que as análises dos movimentos populares buscam entender as novas dimensões da vida pública que tais movimentos vieram a explicitar.

Este artigo pretende estabelecer algumas relações entre domínios aparentemente tão diversos — a vida familiar

e as práticas coletivas populares — tendo em vista a explicitação de novos desafios teórico-metodológicos, tanto para os estudiosos dos grupos familiares quanto para os analistas e integrantes dos movimentos sociais.

Os estudos sobre movimentos populares tradicionalmente enfatizaram alguns aspectos que decorreram de sua prática nos últimos anos, enquanto manifestações engendradas na conjuntura política dos governos autoritários. Radicados nos bairros das periferias urbanas, predominantemente integrados por migrantes e originados a partir de redes de relações primárias, tais movimentos trouxeram para a cena política

e social novos atores, dentre os quais destacaram-se as mulheres.

Os movimentos sociais que se originam nos bairros periféricos não constituem novidades históricas, no Brasil, pois suas origens remontam aos primórdios da industrialização e do crescimento urbano, mediante a formação de imensos bolsões de pobreza caracterizados pela ausência total de equipamentos de uso coletivo como transportes, rede de água e esgotos, habitação, postos de saúde e serviços educacionais como creches, pré-escolas e estabelecimentos de ensino de primeiro e segundo graus.



Foto: Arquivo CEM

No entanto, as práticas coletivas que surgiram em décadas mais recentes trouxeram novidades e desafios para a sua compreensão. Inicialmente, foram apontadas as suas virtualidades enquanto portadoras de uma nova identidade cultural e política, que permitiu aos grupos subalternos um espaço de participação até então vedado a setores que constituem a maioria da sociedade brasileira. Mais ainda, esta identidade possibilitou que os grupos desenvolvessem práticas caracterizadas pela busca da autonomia, fugindo dos marcos tradicionais da cooptação política e da subordinação cultural, não obstante o caráter tenso e descontínuo de tais movimentos. Tais descontinuidades trouxeram novos desafios para sua compreensão, tendo em vista os marcos da transição política e as incertezas da conjuntura democrática que, contraditoriamente, aponta novas formas de relações sociais e recria práticas velhas, como o personalismo de lideranças e o clientelismo político.

Não há dúvida, também, quanto ao seu impacto frente ao Estado e à formulação de políticas públicas na área social. As demandas apresentadas, seu potencial organizativo e sua capacidade de exercer pressão sobre as administrações, obrigaram o Poder Público a redimensionar suas ações, aceitando esses movimentos como novos interlocutores. Por outro lado, o espectro de interações que se estabelecem com o Estado também induziu os movimentos a incorporarem novas relações em suas práticas organizativas, sobretudo após a mudança da conjuntura política, com o advento da Nova República e com a ascensão de governos oposicionistas, eleitos pelo voto popular. Neste quadro, há diferenciações evidentes entre as várias práticas, não só sob o ponto de vista do seu grau de institucionalização, como sob o ângulo de sua capacidade organizativa e da preservação de sua autonomia.

Embora tenha sido grande a controvérsia sobre os efeitos da ação dos movimentos populares nas últimas décadas, é inegável que eles impuseram novos parâmetros para redimensionar as questões da cidadania em uma sociedade que, sistematicamente, tem negado direitos àqueles que vivem apenas do seu trabalho, as imensas majorias radicadas no campo e na periferia dos cen-



Foto: Ana Vallin

tros urbanos. Por outro lado, se os acontecimentos mais recentes revelaram a impossibilidade desses movimentos alterarem radicalmente a ordem institucional do país e o próprio Estado, em virtude de razões que não cabem ser exploradas neste artigo, é importante apontar que essas manifestações criaram práticas que resultaram em uma nova cultura política, eivada por valores democráticos e populares, que negam a tradição autoritária e centralizadora da sociedade brasileira.

Contudo torna-se preciso apontar que, além da re-significação da prática política, porque introduziram novas modalidades de ação coletiva que transcendem as esferas tradicionais do âmbito político-participativo (os sindicatos e partidos), esses movimentos imprimem nova rearticulação entre as esferas pública e privada, entre o cidadão e o indivíduo na sociedade moderna.

Ao deixar de ser privilégio dos setores dominantes da sociedade e ao passar a ser uma modalidade de ação dos homens comuns, principalmente as mulheres, os limites entre o "político" e o "não político" — a vida privada e a vida pública — tendem a ser redefinidos. Esses aspectos seriam fundamentais para a compreensão dos mecanismos que interagem na esfera privada, neste caso o grupo familiar, com aqueles próprios do espaço público da participação, entendido como um domínio não imediatamente absorvido pelo Estado.

A reapropriação do espaço público realizada pelos grupos subalternos, sobretudo pelas mulheres migrantes; cria parâmetros, provoca tensões e redefine a vida privada, o grupo familiar. Por sua vez, as representações e práticas que marcam a existência de grupos privados como a família, invadem os espaços públicos da participação e da ação coletiva.

No processo de participação política, as mulheres, em geral donas de casa, restritas ao trabalho doméstico, encontram possibilidades e formas de sustentação para submeter à crítica os modelos da vida familiar. As exigências de sua presença em lugares públicos, ruas, instituições da administração, reuniões ou caravanas, rompem com papéis consagrados tradicionalmente. Esses no-

vos desafios impõem novos conflitos e mudanças na rotina familiar.

As mulheres no interior da família tendem a redimensionar sua presença, criando novos espaços de legitimidade para essa redefinição tradicionalmente caracterizada pelo serviço doméstico e pelo cuidado com os filhos. Esse processo é tenso e dificultado por várias razões. A primeira porque a mulher precisa acumular a atividade de participação nos grupos do bairro ao lado do seu trabalho doméstico, não há quem a substitua nos afazeres e lidas diárias. Torna-se preciso preservar as rotinas da casa para justificar suas saídas sem provocar transtornos maiores. Contudo, as dificuldades são mais profundas, porque o único espaço de legitimidade para justificar a ausência da mulher no espaço doméstico tem sido o trabalho. Assim, é preciso buscar uma legitimidade nova já que as exigências da prática política no bairro criam motivos para suas saídas, já não ancorados nas razões tradicionais do trabalho.

Mudanças subterrâneas no cotidiano familiar, não imediatamente perceptíveis se processam. Há, de fato, uma lenta transformação nos modelos de organização da vida privada, que têm sido desconsiderados no âmbito da investigação teórica e da reflexão dos atores presentes nesses processos, sobretudo no interior dos movimentos populares.

No entanto, as transformações tendem a se tornar, virtualmente, mais amplas, pois ao levarem para a vida pública, os modelos vigentes da vida privada e da organização familiar, os grupos de mulheres, em sua maioria migrantes que lutam nos bairros, explicitam que o privado é também político. Não se trata, pois de um abandono do mundo privado para uma adesão à vida pública, mas uma redefinição de ambos. Assim, ocorre um processo que desvela a vida privada enquanto uma instância social, como afirma Heller, e por ser uma questão social significa, também, uma questão pública. Esta afirmação não significa que a vida privada do indivíduo deva ser uma questão pública, mas no sentido de que "os modelos da vida privada devem ser considerados objetos e interesse comum, o que significa que uma mudan-

ça em tais modelos deve ser muito importante e não uma questão secundária no processo de transformação geral (1).

Embora obscurecidas, essas transformações da vida privada e do grupo familiar ocorrem, estão a exigir novos modelos à medida que a prática coletiva constantemente põe em questão os atuais. Por outro lado, ao trazerem para a vida político-participativa os impasses e tensões do mundo privado, os movimentos populares, principalmente os grupos de mulheres, apontam, de modo concreto, a necessidade de superação da dicotomia entre o público e o privado, entre o indivíduo e o cidadão, entre a vida familiar e o mundo fora de casa.

Sob esse ponto de vista residem aspectos fundamentais observados nas práticas dos movimentos populares, nos últimos anos e, infelizmente, não considerados temas significativos em várias análises, muitas vezes subordinadas aos parâmetros das conquistas a curto prazo e da lógica de sua eficácia política imediata.

Ao se tratar de processos que poderão gerar uma nova individualidade, comprometidos com a construção da pessoa e criação de outras relações sociais, os movimentos populares, mais do que espaços novos de concepção e de realização da ação política, apontariam novas formas de relações e de organização social, pois "o que se estaria transformando ou engendrando é uma sociedade, mais do que uma política nova" (2).

* *Marília P. Sposito é professora da Faculdade de Educação da USP.*

NOTAS

(1) Heller, Agnes — *Para Mudar a Vida*, SP, Brasiliense, 1982, p.166

(2) Calderón, F. e Jellin, E, "Classes sociais e Movimentos Sociais na América Latina — perspectivas e realidades", *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 5, vol. 2, outubro de 1987, p.77.

MUDANÇA E TRANSIÇÃO EM FAMÍLIAS DE CAMADAS MÉDIAS

Geraldo Romanelli *

INTRODUÇÃO

A família nuclear, constituída por marido, esposa e filhos, considerada unidade duradoura e forma modelar da vida doméstica das camadas médias, vem passando por certas alterações que suscitam indagações acerca dos motivos que impulsionam as modificações e de seus efeitos sobre a estabilidade e a continuidade do modelo nuclear. Presentes no cotidiano, essas mudanças — que, às vezes, ocorrem de modo tênue e hesitante e, outras vezes, expressam-se mais intensamente —, manifestam-se nas formas de sociabilidade entre os componentes da unidade doméstica e em suas representações, isto é, nas imagens e idéias existentes sobre a família.

Nas avaliações correntes em torno dessa transformação, sejam elas fundadas no senso comum ou no conhecimento científico, tais alterações na família ora são apreendidas como positivas, porque permitem o estabelecimento de relações mais livres em seu interior, ora são qualificadas como negativas, pois ameaçam destruir uma instituição considerada essencial para a reprodução da sociedade.

Nesse quadro de tendências oscilantes, no qual experiências inovadoras convivem com formas convencionais de sociabilidade e de representações, ocorre a reprodução da vida familiar. É assim que a emergência de condutas diferenciadas, se não transforma integralmente o modelo nuclear, nele introduz transformações significativas.

O propósito deste texto é levantar algumas alterações no modelo de família e examinar o modo como um segmento das camadas médias incorpora padrões alternativos nas relações domésticas.

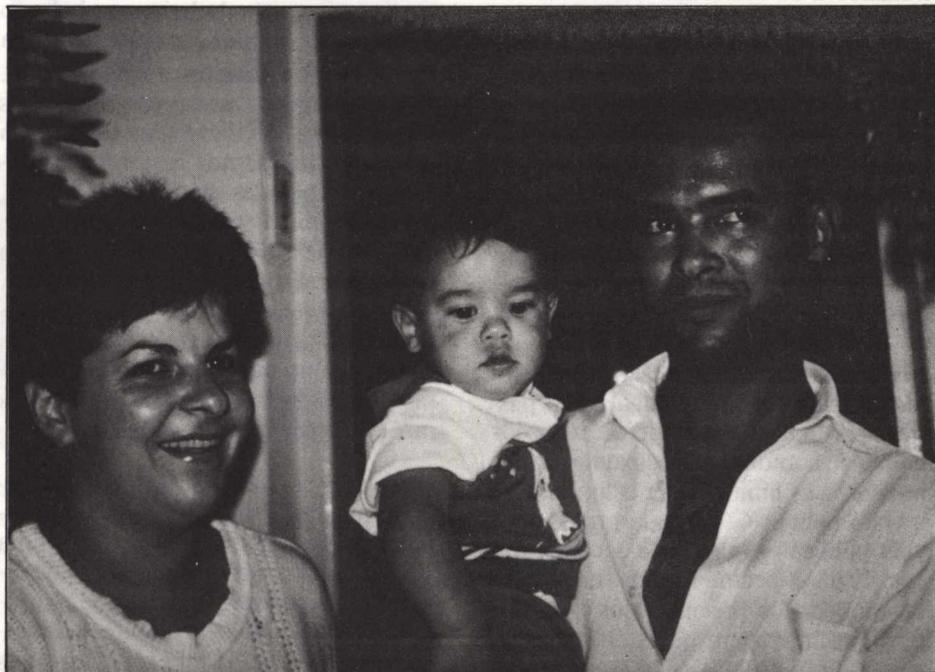


Foto: Mônica Lucia da Silva

O MODELO DE FAMÍLIA E AS CAMADAS MÉDIAS

A família é um grupo de convivência no qual, tanto as formas de sociabilidade, como a afetividade que as permeia, são orientadas por modelos ou padrões culturais. Como em qualquer dimensão da vida social, as modalidades de conduta na família são regidas por modelos, que são representações criadas na prática coléitiva e que constituem elementos ordenadores das relações domésticas (Durham, 1983). O modelo predominante na sociedade brasileira é o da família nuclear, cujos atributos básicos são a dominância masculina, exercida em uma estrutura hierarquizada de poder e autoridade, a divisão sexual do trabalho, a presença de vínculos afetivos entre marido e esposa e entre pais e filhos, o controle da sexualidade feminina e a dupla moral sexual. Esse modelo torna-se hegemônico ao

ser erigido em referencial básico para a constituição da vida familiar.

No entanto, tal arranjo não se efetiva de uma única maneira entre as camadas médias, em virtude de sua composição. Nessas camadas de trabalhadores não-manuais há uma heterogeneidade bastante grande, decorrente dos atributos sociais de seus integrantes, relacionados à atividade profissional, ao prestígio social a ela associado, ao montante de rendimentos e ao grau de escolaridade. Além disso, no plano simbólico, as camadas médias apresentam internamente um repertório cultural diferenciado que resulta na elaboração de estilos de vida também distintos. O modo como interpretam, selecionam e implementam os traços do modelo hegemônico fica, portanto, subordinado a essa dupla diversidade. Encontram-se, assim, no interior dessas camadas, certos segmentos diversificados que assumem posturas inovadoras

ou convencionais face às mudanças que ocorrem na sociedade e na família.

MODERNIZAÇÃO SOCIETÁRIA E MODERNIDADE CULTURAL

Para examinarem-se as mudanças na família, alinham-se aqui algumas transformações da sociedade brasileira, que repercutem nessa instituição. A modernização societária, intensificada na década de 60, durante o regime militar, gera um modelo de desenvolvimento econômico que alarga a desigualdade na distribuição da renda e acarreta a redução do poder aquisitivo da maioria das famílias. O processo modernizador diversifica o sistema produtivo que passa a oferecer novos produtos, dotados de alto valor simbólico, cuja aquisição confere prestígio e modernidade a seus usuários.

Para enfrentar a diminuição na renda e para ter acesso a novos bens de consumo, inúmeras famílias são obrigadas a ampliar o número de seus integrantes no mercado de trabalho, incluindo nele mesmo as esposas. A participação, cada vez maior, das esposas na composição da renda familiar estabelece novas relações na família e contribui para alterar as representações sobre o papel feminino.

A modernização do sistema produtivo e do estilo de consumo das camadas médias ocorre em um período marcado pela repressão política e pela censura contra modalidades de conduta qualificadas como questionadoras de modelos hegemônicos. Entretanto, essas pressões não logram impedir o surgimento, no final dos anos 60, de traços de modernidade cultural que criticam e condenam padrões trazidos pela modernização societária, bem como aqueles associados a uma postura conservadora.

Nos grandes centros urbanos, entre jovens das camadas médias, dotados de relativa autonomia cultural e financeira, começam a aflorar novas formas de expressão da afetividade e da sexualidade, a par de concepções alternativas acerca da organização familiar. Ao mesmo tempo, padrões tradicionais de conduta são submetidos a reavaliações de caráter distinto, pelo feminismo, pelo "psicologismo" e ainda por alguns produtos da indústria cultural. Parte

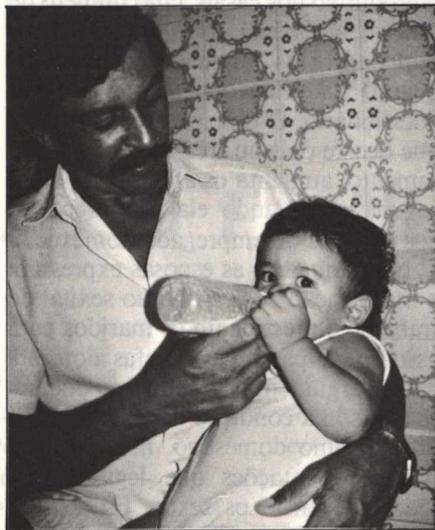


Foto: Monica Lucia da Silva

dessa produção, como pornochanchadas e revistas destinadas ao público masculino e feminino, passa a tratar de modo não-convencional certas relações interpessoais, como afetividade, sexualidade, casamento. Embora ainda apegados a uma concepção conservadora, tais produtos abrem espaço para a apresentação de condutas femininas sexualmente mais livres e menos submetidas ao modelo de moralidade vigente. A combinação de atributos femininos inovadores com padrões convencionais, se gera ambiguidade, e se refaz a dupla moral sexual, também colabora, embora de modo difuso, na constituição de elementos simbólicos que permitem questionar o código ético prevalente.

Nesse mesmo período, os meios de comunicação de massa passam a divulgar princípios e conceitos da psicologia e da psicanálise, de modo muitas vezes vulgarizado e distorcido, dando origem ao "psicologismo" (Russo, 1987). Essa disseminação vem subsidiar, de forma supostamente científica, críticas dirigidas às relações na família, considerada como instituição repressora da individualidade e da liberdade do sujeito.

Na década de 70, o movimento feminista que se difunde, propõe a igualdade de direitos para as mulheres, sobretudo no trabalho e na família. O feminismo denuncia a organização das relações na família pela violência praticada em seu interior contra mulheres e crianças, pela vigência da dupla moral sexual, pela educação desigual proporcionada ao sexo feminino, atribuindo a essa instituição a responsabilidade pela dominação masculina.

Obviamente as propostas do feminis-

mo e do "psicologismo" são mais amplas e complexas do que é apresentado aqui de forma sintética. Contudo, apesar dos conteúdos e fundamentos diversos, as reivindicações feministas, as demandas do "psicologismo" e os valores presentes em produtos da indústria cultural, vêm dar legitimidade a condutas que já estavam sendo vividas por uma parcela da população jovem. Realimentando-se reciprocamente, a difusão de novas representações originárias dessas fontes, valorizam a igualdade entre os sexos, a autonomia do sujeito diante do controle familiar, a maior liberdade na expressão afetiva e sexual e, de modo ambíguo e vacilante, contrapõem-se aos princípios sustentadores do modelo de família. Se esse modelo não é anulado, nem perde sua eficácia, deixa de ser o único referencial para se pensar a vida doméstica. Além disso, é necessário esclarecer que nem representações, nem condutas inovadoras foram — ou são — aceitas e endossadas por todos os integrantes das camadas médias.

A MODERNIDADE CULTURAL E A ORGANIZAÇÃO FAMILIAR

É no interior de um segmento relativamente jovem, com escolaridade superior e com maior acesso a novas concepções que as alterações na vida doméstica são mais visíveis.

A partir de resultados de pesquisa realizada na cidade de São Paulo, com famílias desse segmento (Romanelli, 1986), verificam-se algumas mudanças na conduta doméstica. O material empírico que fundamenta a análise resulta de entrevistas em profundidade com dez casais, com duração média de duas horas, e da aplicação de 154 questionários.

Os casais estão na faixa etária de 31 a 42 anos, e a idade dos filhos oscila de dois a treze anos. Marido e esposa cursaram universidades públicas, nas quais estiveram expostos a linhas de pensamento diversificadas e à influência de condutas inovadoras. Assim, tiveram oportunidade de entrar em contato com concepções críticas e politizadas sobre a sociedade e as relações familiares.

O casamento desses casais, ocorrido na primeira metade da década de 70, é parte de um projeto de vida, pautado por representações modernizantes que envolvem a realização de aspirações associadas à vida conjugal, à reprodução

biológica, ao futuro dos filhos e à ascensão social. A representação sobre o matrimônio funda-se na suposição de que é possível manter relações igualitárias entre parceiros, e é mais intensa para as mulheres, embora não esteja ausente do discurso masculino. Esses casais consideram o casamento como união entre pessoas com os mesmos direitos, ligadas pela afetividade e por um patrimônio cultural comum. Entretanto, como tal representação de casamento afasta-se do modelo predominante, e como marido e esposa não desejam reeditar a forma de relacionamento de seus pais, deparam-se com situações para as quais não há orientações claras para por em prática as propostas de igualdade e de preservação da autonomia de cada um.

Da perspectiva masculina, o matrimônio é união com mulheres que já eram trabalhadoras e produtoras de rendimento, e que continuam a sê-lo. Todas as esposas exerciam atividade profissional antes de se casar, desfrutando de relativa liberdade e autonomia em suas famílias. Para elas, portanto, a união conjugal não significa dependência financeira do marido, mas supõe a continuidade do trabalho e com vistas ao avanço profissional e econômico. Já que para os maridos o casamento é pensado como criação de vínculos com mulheres que são elementos produtivos, é a partir dessa igualdade de direito ao trabalho, mas não necessariamente na família, que os casais constituem-se. Desde o início da vida conjugal, os rendimentos femininos são essenciais para a composição do orçamento doméstico e para a viabilização do projeto ascensional. Como os maridos não são os únicos provedores — e nem os provedores principais —, pois os ganhos femininos igualam-se aos deles, quando não os ultrapassam, as esposas dispõem de recursos estratégicos para propor relações mais equilibradas e para recusar a submissão ao poder masculino.

A reprodução biológica desses casais depende da avaliação que fazem de suas condições financeiras, tendo em vista o projeto de escolarização prolongada para os filhos e os cuidados que os pais, mas sobretudo a mãe, podem dispensar-lhes, a fim de assegurar-lhes uma socialização condizente com o projeto de ascensão social. Tais avaliações condicionam o comportamento

reprodutivo dos casais, cujo número de filhos é, em média, de 1,8 por unidade, tanto entre as famílias entrevistadas, quanto naquelas que responderam o questionário. O nascimento dos filhos, que ocorre dois ou três anos após o casamento, aumenta os afazeres da esposa, mesmo quando ela pode recorrer aos serviços de empregada doméstica.

Nesse quadro, as esposas expressam a insatisfação com a divisão sexual do trabalho e pressionam os maridos para assumirem parte das tarefas domésticas. A argumentação feminina ancorase não só na condição de co-provedora do consumo doméstico, mas também nas representações que legitimam a igualdade entre os sexos. Embora os maridos tenham uma prática inovadora e um discurso igualitário, o apego a valores institucionalizados, conduz a um processo longo de negociação. Nessa negociação, fundada no diálogo constantemente retomado entre os cônjuges, os maridos assumem alguns encargos familiares. Dentre eles, os cuidados com os filhos, como a higiene corporal, a alimentação, o transporte para diferentes locais, o acompanhamento das tarefas escolares. O genitor começa a atuar em uma área considerada de competência feminina, e que é percebida como decorrência e extensão da maternidade, configurando-se como atribuição natural da mãe. A inclusão do pai na produção de valores de uso na órbita do privado, aproxima-o dos filhos e estabelece novas formas de sociabilidade na família. Porém, a inserção masculina em um universo associado à dimensão da vida interior e da subjetividade, desloca o genitor para um espaço de indeterminação cultural, no qual ele não encontra modelos para orientar sua conduta. À medida que os pais assumem algumas ocupações com a prole, esse universo de atividades tende a dessexualizar-se e a relação entre os genitores e os filhos deixa de ser totalmente mediada pelas mães. Com isso, introduz-se uma importante mudança nas relações familiares que permite estabelecer, ainda de modo incipiente, um novo modo de vivenciar a paternidade.

Se essa alteração cria uma situação de indeterminação cultural para o genitor, o mesmo não ocorre com a inclusão da esposa na esfera pública do mercado de trabalho, que é considerada positiva e é sustentada por representações que a legitimam.

As representações que organizam a socialização infantil fundam-se na visão psicologizada e politizada dos casais, que procuram evitar imposições sobre os filhos. O esforço de pais e mães caminha no sentido de eliminar o modelo hierarquizado de relações na família, e o processo socializador é articulado menos pela imposição de modelos, do que por orientações visando assegurar a liberdade de expressão dos filhos.

Desse modo, a introdução de condutas inovadoras amplia a liberdade e a autonomia das esposas e dos filhos e limita a autoridade dos maridos, criando relações mais equilibradas na família. No entanto, a necessidade de conciliar interesses individuais distintos e, por vezes, conflitantes exige um constante processo de negociação e de procura de diretrizes para ordenar a vida doméstica.

Essas famílias introduzem alterações significativas no núcleo das relações domésticas, contribuindo para a transformação do modelo hegemônico da instituição. Entretanto, as mudanças que estão em processo de construção permanecem presas a inúmeras ambiguidades e apresentam um caráter fluido e ainda pouco nítido. Por isso, os integrantes dessas unidades muitas vezes oscilam entre a adoção de condutas inovadoras e daquelas vinculadas aos valores convencionais, movimento pendular que caracteriza a situação de transição em que vivem.

Nesse sentido, tais famílias assumem uma posição de vanguarda na ordenação da vida doméstica que, de modo algum, é geral no interior das camadas médias, mas representa a posição de um segmento específico.

* *Geraldo Romanelli é professor de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto — USP*

BIBLIOGRAFIA

DURHAM, E. R. Família e reprodução humana. In: et — alii. *Perspectivas antropológicas da mulher* 3. Rio de Janeiro, Zahar, 1983

ROMANELLI, G. *Famílias de camadas médias: a trajetória da modernidade*. São Paulo, Tese de doutorado, FFLCH/USP, Dep. de Ciências Sociais, 1986 (mimeo)

RUSO, J.A. A difusão da psicanálise nos anos 70: indicações para uma análise. In: RIBEIRO, I. (org.) *Família e valores*. Rio de Janeiro, Loyola, 1987

Seja um colaborador

Travessia está aberta à publicação de artigos de pesquisadores e estudiosos que analisam a realidade em que o migrante está envolvido, a partir dos diferentes ramos do conhecimento: social, político, cultural, econômico, antropológico, educacional etc... A revista destina-se, fundamentalmente, a um público intermediário; quer ser uma ponte entre a produção acadêmica e a produção popular. Se for do seu interesse, envie artigos para a redação, obedecendo aos seguintes quesitos:



* Os artigos devem enquadrar-se, na medida do possível, dentro do tema geral de cada número, previamente anunciados:

* Clareza de linguagem e simplificação dos conceitos;

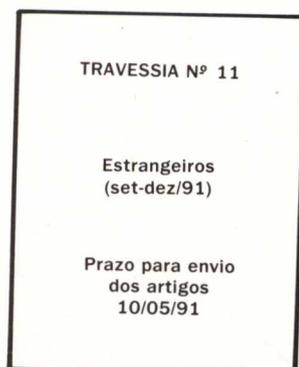
* Os artigos devem ser inéditos;

* Máximo de 10 laudas de 20 linhas com 70 toques;

* Breve identificação do autor e endereço com telefone para eventuais contatos;

* Obedecer aos prazos para envio das matérias, conforme estipulado abaixo.

PRÓXIMOS LANÇAMENTOS



O CONSELHO EDITORIAL DA REVISTA
RESERVA-SE O DIREITO DE
SUBMETTER OS ARTIGOS À SUA APECIAÇÃO

